

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE
ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Alba Mendes

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA RIDE-DF: desenvolvimento territorial saudável
e sustentável. Estudo de caso do quilombo Mesquita

Brasília, DF
2023

Alba Simone Barbosa Mendes

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA RIDE-DF: desenvolvimento territorial saudável
e sustentável. Estudo de caso do quilombo Mesquita**

Trabalho de Dissertação apresentada à Escola de
Governo Fiocruz como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em Políticas Públicas
em Saúde. Linha de pesquisa: Justiça Social e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Martins de Jesus.

Brasília, DF
2023

M537c Mendes, Alba Simone Barbosa.
Comunidades quilombolas da Ride-DF: desenvolvimento territorial saudável e sustentável. Estudo de caso do quilombo Mesquita Brasília / Alba Simone Barbosa Mendes. -- 2023.
130 f. : il.color, fotos, mapas.

Orientador: Wagner de Jesus Martins.
Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Gerência Regional de Brasília, Escola de Governo Fiocruz Brasília, Brasília, DF, 2023.
Bibliografia: f. 120-126.

1. Quilombolas. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal. 4. Urbanização. I. Título.

CDD 614

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Livia Rodrigues Batista - CRB-1/3443
Biblioteca Fiocruz Brasília

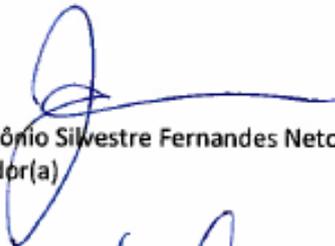
Alba Simone Barbosa Mendes

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA RIDE-DF: desenvolvimento territorial saudável e sustentável. Estudo de caso do Quilombo Mesquita.

Dissertação apresentada à Escola de Governo Fiocruz como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas em Saúde, na linha de pesquisa Saúde e Justiça Social.

Aprovado em 10/10/2023.

BANCA EXAMINADORA



Dr.(a) José Antônio Silvestre Fernandes Neto (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília)
1º(ª) Examinador(a)



Dr.(a) Edmundo de Almeida Gallo (Fundação Oswaldo Cruz)
2º(ª) Examinador(a)



Dr.(a) Wagner de Jesus Martins (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília)
Presidente da Comissão Examinadora (Orientador(a))

Dr.(a) Jorge Mesquita Huet Machado (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília)
Suplente

Dedico este trabalho aos quilombolas Mesquitas e aos de todo o Brasil que, incessantemente, lutam pelo reconhecimento de sua herança ao nosso país em termos de cultura, alimentação, artesanato e cuidados; Ao meu companheiro, Rogério Madeira que tanto me apoiou quando eu quis desistir; Por fim, dedico este trabalho a Bento e Benjamin, meus filhos amados, que foram muito compreensivos no período de escrita — meus amores, mamãe conseguiu!

AGRADECIMENTO

Ào Prof. Dr.. Wagner Martins, homem e mestre muito resiliente, mostrou-me do que eu era capaz com seu estímulo e dedicação em todos os momentos desta pesquisa, e ainda pela sua confiança no meu potencial que tantas vezes duvidei. Aos meus amigos do Colaboratorios da Fiocruz Brasília que várias vezes compreenderam minha ausência durante momentos importantes deste projeto. Aos meus pais e irmãos que são minha fortaleza e amparo por toda minha vida. Ao Prof. Dr. Edward Torres Maia pelo apoio e solidariedade no direcionamento quando a pesquisa precisou ser reformulada. A Daniel Barbosa que me apoiou durante a pesquisa de campo e trabalhou junto as ações com o Iramutec. A Srta. Cecília Sampaio que com sua experiência na Codeplan pode compartilhar histórico e publicações. A Gabriel Maia, pela compreensão, atenção e estímulo em momentos chave para a conclusão do trabalho. Ao Sr. Manoel Neres, liderança comunitária pelo apoio e solidariedade. À Dona Inocimeire Braga, que a partir do seu jeito quilombola de ser, abriu as portas da sua casa e me recebeu com muito carinho durante a minha pesquisa de campo. À Wallison Braga, com sua juventude trouxe informações necessárias a realização da pesquisa. À Célia Braga, mulher guerreira, liderança dentro da comunidade Mesquita, obrigado pela confiança em prestar informações durante esse período. As minhas amigas queridas que dividem uma história de maternidade comigo, Luciana Dias, Victoria Hernandez, Fernanda Chavier e Raquel Machado, foram meu apoio durante os dias difíceis neste processo.

*Cada mulher sabe a força da natureza que abriga na torrente
que flui de sua vida.*

(Vieira Junior, Itamar. 2019, pag23)

RESUMO

Esta pesquisa analisou os impactos do processo de desenvolvimento territorial com base no estudo de caso do território quilombola do Mesquita, vinculado à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE-DF). A Cidade Ocidental - GO, é a região geográfica e econômica de onde provém todo o suporte governamental para a comunidade quilombola, mas até o momento da coleta de dados não a reconhece como um quilombo. As dimensões do território dividem-se, em ambiental, política, econômica, cultural e sanitária, desta forma o uso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para reconhecer as questões que afetam o território, pode objetivar a busca pelo entendimento como a urbanização e as políticas públicas geram impactos na vida e no bem-estar dessa comunidade. A metodologia utilizada foi um estudo de caso, descritivo, com uma linha qualitativa. Nos resultados observou-se o declínio do principal bioproduto que gera renda para a comunidade, problemas hídricos e sanitários e a progressiva transformação do quilombo de rural para urbano.

Palavras-Chaves: Quilombo Mesquita. RIDE-DF. Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030. Urbanização.

ABSTRATCT

This research analyzed the impacts of the territorial development process based on the case study of the quilombola territory of Mesquita, linked to the Integrated Development Region of the Federal District (RIDE-DF). Cidade Oeste - GO, is the geographic and economic region from which all government support for the quilombola community comes, but at the time of data collection it does not recognize it as a quilombo. The dimensions of the territory are divided into environmental, political, economic, cultural and sanitary, In this way, the use of the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda to recognize the issues that affect the territory, can aim to understand how urbanization and public policies generate impacts on the life and well-being of this community. The methodology used was a descriptive case study with a qualitative line. In the results, it was observed the decline of the main bioproduct that generates income for the community, water and sanitation problems and the progressive transformation of the quilombo from rural to urban.

Keywords: Quilombo Mesquita. RIDE-DF. Sustainable Development. Agenda 2030. Urbanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização dos municípios que compõem a Ride.	17
Figura 2: Localização do quilombo	21
Figura 3: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno – Ride DF	38
Figura 4: Pobreza e desigualdade no entorno em relação ao Distrito Federal	39
Figura 5: Localização do quilombo	46
Figura 6: Arquitetura histórica do quilombo	47
Figura 7: Produção econômica – marmelo	47
Figura 8: Dendrograma de representação das classes — sensibilização	63
Figura 9: Nuvem de palavras da classe 1	64
Figura 10: Nuvem de palavras da classe 2	65
Figura 11: Nuvem de palavras da classe 3	67
Figura 12: Nuvem de palavras da classe 4	68
Figura 13: Nuvem de palavras da classe 5	70
Figura 14 Nuvem de palavras da classe 6	71
Figura 15: Dendrograma de representação das classes governamentais	73
Figura 16: Nuvem de palavras da classe 1	74
Figura 17: Nuvem de palavras da classe 2	75
Figura 18: Nuvem de palavras da classe 3	77

Figura 19: Dendrograma de representação das classes da categoria urbanização.....	79
Figura 20 Nuvem de palavras da classe 1.....	80
Figura 21: Nuvem de palavras da classe 2.....	81
Figura 22: Nuvem de palavras da classe 3.....	83
Figura 23: Nuvem de palavras da classe 4.....	84
Figura 24: Nuvem de palavras da classe 5.....	86
Figura 25: Dendrograma de representação das classes — liderança parlamentar local.	87
Figura 26: Nuvem de palavras da classe 1.....	88
Figura 27: Nuvem de palavras da classe 2.....	90
Figura 28: Nuvem de palavras da classe 3.....	91
Figura 29: Nuvem de palavras da classe 4.....	92
Figura 30: Placa de identificação do Mesquita	100
Figura 31: Escola Municipal do quilombo Aleixo Pereira Braga, que agora se chama Alípio Pereira Braga	100
Figura 32: O cerrado convertido em plantio pelos fazendeiros.....	101
Figura 33: Rego d'água	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cronologia.....	48
Quadro 2: Os entrevistados.....	54
Quadro 3: Artigos levantados nas bases de dados.....	55
Quadro 4: Levantamento dos dados ODS e dos temas relacionados	59
Quadro 5: Corpus Iramutec	61
Quadro 6: Metacategorias.....	95

LISTA DE SIGLAS

APAs - Áreas de Proteção Ambiental

CAAE - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Fiocruz Brasília

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Codeplan - Companhia de planejamento do Distrito Federal

NEUR - Núcleo de Estudos Urbanos da UnB

CTIS - CoLaboratório de Ciência, Tecnologia, Inovação e

Sociedade Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

Iramuteq - software de análise lexical

ST - Seguimento de texto

ONU - Organização das Nações Unidas

APP - Áreas de Preservação Permanente

GO - Goiás

PITSS - Programa de Territórios Sustentáveis e Saudáveis

AMB - área metropolitana de Brasília

PMAD - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios

INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agraria

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos (

Ride-DF - Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

RTDI - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEMARH/GO - Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás

UPA - unidade de pronto atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 JUSTIFICATIVA.....	20
1.2 OBJETIVOS	22
1.2.1 Objetivo Geral	22
1.2.2 Objetivo Específico	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL	24
2.2 ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL	28
2.3 AGENDA 2030 E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	31
2.4 A POLÍTICA PÚBLICA	33
2.4.1 Política Pública no Território – RIDE DF.....	33
2.5 URBANIZAÇÃO NA RIDE	37
2.6 LUTAS QUILOMBOLAS PELO TERRITÓRIO	41
2.6.10 Reconhecimento do Quilombo Mesquita	42
2.6.2 Cronologia do quilombo Mesquita	48
3 METODOLOGIA	51
3.1 ESTRUTURA METODOLÓGICA.....	51
3.1.1 Entrevistas.....	51
3.1.2 População-alvo.....	51
3.1.3 Coleta — construção das entrevistas	52
3.1.4 Participantes	52
3.1.5 Construção das entrevistas	52
3.1.6 Os entrevistados	53
3.1.7 Construção das questões norteadoras (temas).....	55
3.1.8 Lideranças locais.....	57
3.1.9 Representante legislativo	57
3.1.10 Realização das entrevistas	57
3.1.11 Sistematização das entrevistas.....	59
3.2 LEVANTAMENTO DOCUMENTAL.....	59
3.2.1 Bases de dados	59
3.2.2 Relação com a Agenda 2030.....	60
3.2.3 Tratamento dos dados	60
3.2.4 Análise dos dados	62

4 RESULTADOS	63
<i>4.1 CORPUS 1 — CATEGORIA: SENSIBILIZAÇÃO.....</i>	<i>64</i>
<i>4.1.1 Classe 1 – Manifestação cultural</i>	<i>65</i>
<i>4.1.2 Classe 2 – Uso e perda do território.....</i>	<i>66</i>
<i>4.1.3 Classe 3 – Sucessão</i>	<i>67</i>
<i>4.1.4 Classe 4 – A origem.....</i>	<i>68</i>
<i>4.1.5 Classe 5 – Amor às tradições</i>	<i>69</i>
<i>4.1.6 Classe 6 – Produção rural — marmelo</i>	<i>70</i>
<i>4.2 CORPUS 2 — CATEGORIA: GOVERNAMENTAL.....</i>	<i>72</i>
<i>4.2.1 Classe 1 – Organização.....</i>	<i>73</i>
<i>4.2.2 Classe 2 – Saúde</i>	<i>74</i>
<i>4.2.3 Classe 3 – Regularização e saneamento.....</i>	<i>75</i>
<i>4.3 CORPUS 3 – CATEGORIA: URBANIZAÇÃO.....</i>	<i>78</i>
<i>4.3.1 Classe 1 – Produção da marmelada</i>	<i>79</i>
<i>4.3.2 Classe 2 – A liberdade</i>	<i>80</i>
<i>4.3.3 Classe 3 – Os fazendeiros</i>	<i>81</i>
<i>4.3.4 Classe 4 – O medo</i>	<i>83</i>
<i>4.3.5 Classe 5 – Amor às tradições.....</i>	<i>85</i>
<i>4.4 CATEGORIA: REPRESENTANTE PARLAMENTAR LOCAL.....</i>	<i>86</i>
<i>4.4.1 Classe 1 — Políticas essenciais</i>	<i>87</i>
<i>4.4.2 Classe 2 – Comunidade.....</i>	<i>88</i>
<i>4.4.3 Classe 3 — Relação</i>	<i>90</i>
<i>4.4.4 Classe 4 — Diálogo</i>	<i>91</i>
<i>4.4.5 Classe 5 — Governo e GDF</i>	<i>93</i>
5 DISCUSSÕES.....	94
5.1 METACATEGORIAS	94
5.2 OS PROBLEMAS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO QUILOMBO NO TERRITÓRIO: AS AMEAÇAS ÀS TRADIÇÕES	95
5.3 RECONHECENDO NAS METAS DA AGENDA 2030 DOS ODS AS QUESTÕES QUE AFETAM O TERRITÓRIO: A CIDADE E A COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.....	100
5.3.1 Território em fluxos e fixos	110
5.3.2 A gestão pública no processo de mudanças no espaço: na disputa por território é possível a permanência da comunidade?.....	111

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	120
ANEXOS.....	127

1 INTRODUÇÃO

Em 2022, o VI Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável no Brasil foi publicado. Este relatório apontou o aumento da pobreza, da fome, da perda de biodiversidade e da qualidade de vida. Logo nas primeiras páginas, o relatório destacou que em 2022 chegamos a um total de 33 milhões de pessoas sem acesso a alimentos (1). Isso é alarmante, especialmente em um país reconhecido por sua produção de alimentos, o que nos coloca novamente no mapa da fome. Esse retrocesso nas políticas públicas ocorre em um período de crise humanitária (Covid-19) e uma administração governamental que pouco fez para reverter essa situação problemática. Ao invés disso, houve um investimento na militarização dos espaços civis, o que levou a um aumento da violência em vários setores, conforme apontado pelo infográfico do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que compilou e analisou dados de registros policiais sobre a criminalidade no país.

Este estudo também direcionou sua pesquisa para a população negra, identificando a violência contra pessoas negras no Brasil. Em 2022, ocorreram 408.605 assassinatos de pessoas negras no país ao longo da última década. Além disso, para cada 100 pessoas assassinadas em 2021 no Brasil, 78 eram negras (2).

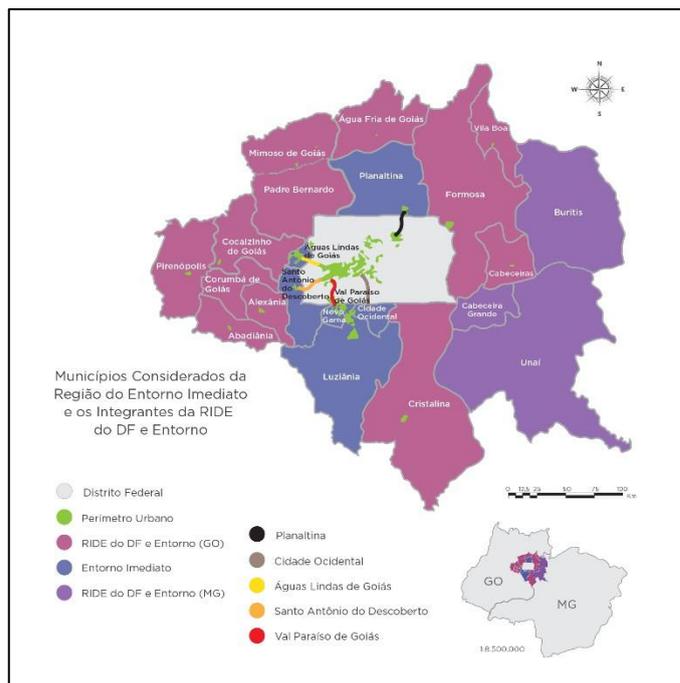
Outros dados alarmantes dizem respeito às condições de moradia. O IBGE, em 2020, apresentou indicadores sociais que revelaram desigualdades significativas entre brancos e pretos ou pardos no que diz respeito a trabalho, renda e moradia. Pessoas identificadas como pretas ou pardas estão predominantemente abaixo da linha de pobreza, 70% (1). Deste, afetando especialmente mulheres pretas ou pardas: 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres.

Diante desses dados preocupantes, é crucial questionar quais são os obstáculos enfrentados pela população negra no acesso a políticas básicas como moradia, saúde, saneamento e educação no contexto do desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, a motivação desta pesquisa se deu diante da minha atuação como técnica do CoLaboratório de Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade (CTIS) na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Brasília, cujas atribuições são realizadas por meio de projetos que atuam em áreas com desenvolvimento territorial para a construção de processos de pesquisa-ensino-aplicação com foco em desenvolvimento territorial. Isso já ocorre em distintas comunidades no país, especialmente no DF e em seu entorno, tanto urbanas como rurais e indígenas. No entanto, até o momento não havia projetos que se concentrassem nas comunidades negras e quilombolas.

Dado o perfil e o tema da pesquisa, a conexão com um grupo era importante, e já existia uma construção com uma comunidade negra próxima a Brasília que apresentava questões específicas ao seu espaço e grupo. O quilombo Mesquita, comunidade quilombola situada na Cidade Ocidental (GO), município com 4.096 habitantes, é responsável por uma extensão considerável de terra, na qual trabalha para a preservação de sua fauna, sua flora e pelos mananciais da região, como o rio Mesquita, confluente do rio São Bartolomeu (2). A comunidade de Mesquita faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF) e vem sofrendo modificações em seu território devido ao processo de urbanização instalado na região, impactando na preservação da vida das pessoas locais e do ambiente (3).

Figura 1: Localização dos municípios que compõem a Ride.



Fonte: Censo do IBGE (2000 e 2010).

O referencial desta pesquisa foi a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) foi especialmente relevante, pois estava diretamente relacionado aos desafios enfrentados pelo quilombo Mesquita devido à urbanização. Além disso, outros ODS, como Fome Zero e Agricultura Sustentável e Saúde e Bem-Estar, também foram considerados.

Por conseguinte, destaca-se aqui a Meta 6.6: “Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados à água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos”. É indiscutível que essa meta não foi alcançada, conforme apontamento no IV Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável no Brasil, no qual é destacado o quanto o governo federal se recusou a proteger e a restaurar ecossistemas hídricos, insistindo em revogar legislações de

licenciamento, alterar definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de APPs de reservatórios artificiais e uso do entorno, piorando a situação (4).

Este estudo está conectado aos Objetivos do Programa de Pós-Graduação da Escola de Governo Fiocruz por meio da linha de pesquisa Saúde e Justiça Social, buscando promover perspectivas de análise e de pesquisa direcionadas aos problemas da sociedade brasileira nas lutas por políticas públicas que respondam às demandas sociais. Vinculando minha experiência profissional em campo ao viés escolhido para o estudo — desenvolvimento territorial em comunidades quilombolas da Ride-D —, pretende-se estudar os elementos relacionados ao desenvolvimento do quilombo Mesquita (GO) diante do processo de urbanização ocorrido em seu entorno, com foco no período de 2018 a 2022.

Para a construção do referencial teórico, o principal autor consultado foi Milton Santo, considerado o maior pensador da geografia no Brasil. Corroborando a pesquisa, outros autores como Gondim GM, Galo E, Paviani A e Martins de Jesus foram citados. Buscou-se conectar o que a Fiocruz apresenta para o âmbito da saúde e da justiça social com o conceito de vida no território.

Na pesquisa procurou-se compreender o modo de vida das pessoas e dos grupos e como eles se relacionam, considerando-se os recentes processos de urbanização nas regiões metropolitanas de Brasília que podem apresentar elementos que identifiquem riscos e/ou vulnerabilidades à saúde humana e suas dimensões culturais e econômica.

O território é o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, é onde a história do homem se realiza (6). Ele é a base da existência humana, e a construção desta se dá pela apropriação dos espaços, condição necessária para sua sobrevivência. A apropriação do espaço geográfico designará a

forma e a organização do relacionamento entre os grupos e transformará o território em um espaço de sobrevivência por meio da aquisição dos direitos básicos para a manutenção da vida.

A política de desenvolvimento territorial, que trata da evolução dos territórios em todas as suas dimensões (econômica, social, ambiental e física), cuida da organização e da implementação de políticas públicas em diferentes escalas — nacional, regional e local. Neste estudo vamos direcionar para o território Distrito Federal. Nesse contexto, pode-se citar a política que regula e organiza a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (Ride DF), a Lei Complementar n. 94/1998, cujo objetivo é “articular e viabilizar ações e projetos da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, visando à dinamização econômica e ao desenvolvimento em escala regional”(6). No Brasil existem três Rides: a Ride DF, instituída pelo Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal; a Ride Teresina — Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina —, regida pela Lei Complementar n. 112/2001; e por último a Ride Petrolina-Juazeiro — Programa Especial de Desenvolvimento do Polo Petrolina-Juazeiro —, regida pela Lei Complementar n. 113/200. Todas as leis complementares regulamentadas estão ancoradas nos dispositivos da Constituição Federal que estabelece:

Art. 21, inciso IX, que estabelece que compete à União “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”.

Art. 43, que estabelece que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Conforme o § 1º desse dispositivo, as condições para a integração de regiões em desenvolvimento devem ser fixadas em lei complementar.

Art. 48, inciso IV que estabelece que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento (6)

O quilombo Mesquita é o recorte territorial da pesquisa. Ele está incluso na Ride DF, que apresenta um planejamento para as cidades situadas no entorno do Distrito Federal. Assim, os capítulos a seguir contemplam o marco teórico do desenvolvimento territorial, os Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, as ações da Fiocruz do Programa de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS), as políticas públicas territoriais e o quilombo Mesquita.

Na pesquisa buscou-se mostrar os desafios enfrentados pelas comunidades locais em territórios quilombolas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride-DF), considerando-se os recentes processos de urbanização nas regiões metropolitanas de Brasília. Nesse contexto, pode haver uma melhor compreensão dos impactos sofridos pela comunidade quilombola de Mesquita com a urbanização.

1.1 JUSTIFICATIVA

A expansão do entorno imediato de Brasília tem resultado em um notável aumento nas taxas demográficas, culminando em níveis significativamente elevados de densidade habitacional. Conforme alertado por Paviani, os territórios planejados para o futuro têm se transformado em alvo da atuação dos incorporadores imobiliários, que buscam lucrar com a valorização das terras em detrimento das populações urbanas marginalizadas (7).

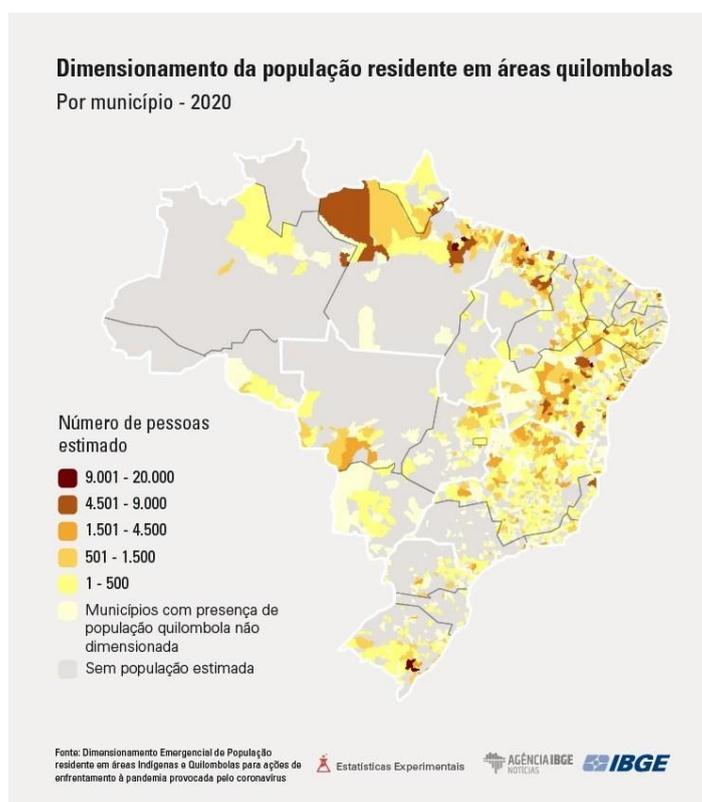
Portanto, a justificativa deste trabalho está firmemente relacionada à necessidade de identificação de elementos críticos para a sobrevivência do quilombo Mesquita por meio de um desenvolvimento territorial saudável. Ademais, a resiliência da população quilombola e do próprio quilombo Mesquita são questões que se entrelaçam com a Cidade Ocidental(GO), uma vez que essa região geográfica e econômica é o ponto central de onde provém todo o suporte governamental para o quilombo.

Por meio da análise dos dados regionais foi delineado o panorama urbanístico dos arredores das residências na Cidade Ocidental. A área rural abriga um total de 12.261 habitantes, dentre os quais 5.491 se declaram de origem afrodescendente. Entre esses, 1.004 não possuíam acesso à coleta de lixo; 1.721 não tinham acesso à rede geral de distribuição de água; 29 ainda estavam privados de acesso à energia elétrica; e 262 residiam em habitações

rudimentares (8). Tais informações seriam passíveis de avaliação e comparação caso houvesse um levantamento abrangente desde 2010 que contemplasse a identificação étnico-quilombola.

Embora somente em 2019 tenha se iniciado a coleta de dados com intenção de refletir o censo de 2020, a crise decorrente da pandemia da covid-19 levou ao lançamento de uma nota técnica de caráter emergencial visando a ações de enfrentamento, o que pode propiciar uma avaliação mais avançada no futuro. A publicação informa o dimensionamento da população residente em áreas quilombolas no Brasil, que é de 1.133.106 habitantes — em Goiás são 20.465 habitantes, e na Cidade Ocidental, 4.096 habitantes.

Figura 2: Localização do quilombo



As inquietações levantadas evidenciam fragilidades organizacionais, econômicas e sociais que corroboram a construção desta justificativa. São questões emergenciais que refletem na qualidade de vida dos quilombolas e em seu território. O Relatório Brasil Local Etnodesenvolvimento Economia Solidária de 2013, desenvolvido pelo Programa Brasil Local da Senaes/MTE, comunicou que “os territórios quilombolas pesquisados têm uma baixíssima integração às redes de serviços públicos” (9), adverte também que apenas 5% do lixo é coletado,

somente 15% dos habitantes têm acesso à rede de água e 0,2% estão conectados à rede de esgoto ou pluvial. O Relatório Brasil Local Etnodesenvolvimento aponta um baixo índice de acesso a infraestrutura básica pelas comunidades quilombolas, nos quais são fatores que fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) completam a justificativa da pesquisa.

A Agenda 2030 dos ODS busca um “trabalho conjuntamente, na busca de soluções para superar os desafios e as dificuldades de formulação e de implementação de uma agenda comum em favor do desenvolvimento humano equitativo, inclusivo e sustentável” (12).

A pesquisa pretende conhecer os processos de desenvolvimento territorial na comunidade Mesquita com o intento de identificar os problemas mais latentes sob a perspectiva da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, objetivando contribuir para a manutenção do quilombo no território.

Dado o mapeamento da justificativa e a preocupação suscitada pelas transformações geográficas e sociais no quilombo Mesquita, emerge o questionamento: eles vão resistir a esse processo? Como este é um tema sensível e gera inquietação nas lideranças e nas entidades que protegem e apoiam as comunidades negras, cuidou-se de identificar os desafios enfrentados pelas comunidades locais em territórios quilombolas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride DF) com toda cautela para não provocar conflitos internos e repressões externas, considerando-se os recentes processos com pouco dialógicos da urbanização nas regiões metropolitanas de Brasília.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral foi analisar os processos de desenvolvimento territorial do quilombo de Mesquita, vinculado à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride DF), diante de processos de urbanização ocorridos em seu entorno durante o período de 2018 a 2022.

1.2.2 Objetivo Específico

- Identificar os problemas decorrentes da urbanização da região e o quanto isso ameaça a manutenção do quilombo no território.
- Reconhecer nas metas da Agenda 2030 dos ODS os fatores ou as fragilidades que afetam o território, partindo do ODS 11 — Cidades e comunidades sustentáveis.
- Identificar a atuação da gestão pública no processo de mudanças no território que proporcione a permanência da comunidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem de questões raciais entrará como temática transversal de maneira indireta, permeando, por exemplo, a própria definição de território (de espaço) e a importância da autonomia para o movimento negro.

Com certeza, os fatores: raça, racismo, racismo estrutural e a história do movimento negro no Brasil, desempenham um papel fundamental na compreensão do contexto histórico da comunidade sob análise. No entanto, o enfoque deste estudo repousa sobre um eixo central: o desenvolvimento de um território saudável e sustentável em uma comunidade específica, no caso, a comunidade de Mesquita. Ainda que inserido em um contexto quilombola, a proposta é apresentar uma breve introdução ao tema, direcionando as discussões para a esfera do desenvolvimento local e a inserção da comunidade nas políticas públicas, notadamente aquelas da RIDE-DF. O objetivo é compreender como as transformações territoriais vêm impactando o quilombo.

Assuntos atuais que impactaram no trabalho, mas que não são temas abordados como a pandemia do Covid-19 apareceram na pesquisa de campo. Contudo, não é um trabalho que avaliou os impactos da pandemia no quilombo em análise.

A continuidade do embasamento teórico propõe um levantamento sobre desenvolvimento territorial, políticas públicas no território, Agenda 2030, as lutas das comunidades quilombolas por seus territórios e o reconhecimento específico do quilombo Mesquita apresentados a seguir.

2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

Um desenvolvimento territorial saudável e sustentável é fundamental para a existência da sociedade como um todo. Pouco a pouco essa preocupação se vem inserindo entre as pessoas

nos municípios, nas cidades e nos estados. Tendo em vista que o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (11), o desenvolvimento territorial é uma apreensão e está entre as ações do Estado brasileiro, como também nas ações internacionais, como a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O ponto de partida para compreender o desenvolvimento territorial saudável foi construída com algumas análises nos textos de Gracia Gondim, em que o sustentável passa pela compreensão do que seja a representação simbólica e de pertencimento que um povo tem ao seu lugar como explica Gondim (12). A maneira como esse espaço é organizado e identificado constrói a identidade do grupo e a manutenção do sistema social que se apresenta através do território. O território saudável sustentável está diretamente ligado a promoção da saúde e ao desenvolvimento humano, uma vez que, “o espaço é base material da existência humana, e sua apropriação para as diversas formas de uso é condição necessária para que a vida seja possível” (13). O modo de vida e a forma como as pessoas e grupos se organizam conforme Gondim observou no estudo do Programa Saúde da Família, implicam em uma “territorialização”, ou seja, o reconhecimento e o esquadramento do território segundo a lógica das relações entre condições de vida, ambiente e acesso às ações e serviços de saúde” (12).

Gondim explica que o espaço geográfico, em sua construção de território, “abriga o passado histórico e o presente vivido, projetando possibilidades futuras de uso” (13) Em outro estudo, Gondim comunica que, por meio da “organização das pessoas, que pode ser político-administrativa ou de ação de um determinado grupo de atores sociais”, se estrutura um sistema dinâmico, que permite modificações ao longo do tempo, e fragmentado, por distribuir a mesma população em um território heterogêneo, pois essa população tem identidade própria, mesmo que de diferentes formas.

A posição estratégica desse espaço-território proporciona poder, seja por interesses do Estado, das agências ou de sua população. A busca pelo desenvolvimento de políticas públicas e sociais é uma resposta ao aumento dos problemas e às necessidades demográficas,

epidemiológicas, administrativas, tecnológicas, políticas, sociais e culturais (12), o que identifica um território em constante construção.

Para a gestão da saúde, esse processo foi progressivo na organização em um formato político-administrativo por meio do ordenamento espacial distinto de cada região. A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) nos anos 1990 possibilitou o funcionamento dos serviços de saúde em base territorial, compreendendo as múltiplas dimensões do território e caracterizando suas particularidades, agrupando-as em níveis distintos, conforme as necessidades para os limites da condição humana.

As dimensões do território dividem-se, em ambiental, política, econômica, cultural e sanitária. Cada uma apresenta um conceito que os atores, seus vetores, as perspectivas geográfica e um conceito associado que pode compreender de forma mais ampla o assunto(13). A dimensão ambiental, atualmente difundida pelo uso predatório dos recursos naturais e pelo desenvolvimento sustentável do território, condiciona a dinâmica da população e sua interação com o ambiente. Por sua vez, a dimensão econômica, minoritária no uso geral, engloba a divisão territorial do trabalho, a classe social e as relações de produção na territorialização.

A dimensão econômica, mesmo sendo um dos pontos menos discutidos, tem um peso no desenvolvimento territorial. A geração de renda provém, em sua maioria, do meio em que se vive, logo o trabalho envolvido permeia o meio ambiente. Sousa afirma, então, que “é por meio do trabalho que o ser humano atua sobre a natureza, modificando-a de acordo com suas necessidades” (14). A essa conexão, Carrière completa:

As necessidades geradas pelo homem e o meio em que vive também modifica a si e ao ambiente através do desenvolvimento da sua atuação no espaço em busca da sua sobrevivência, provocando novas configurações e conhecimentos territoriais, podendo ser produzidos quando saberes heterogêneos são articulados e combinados (15).

Todo o trabalho gerado depende da identificação e da qualificação de recursos presentes no território que vão permitir a geração de uma renda de qualidade territorial; o próprio ambiente torna-se um produto comercializável para os atores locais. Cada território apresenta seus recursos, sejam materiais ou não, que são intransferíveis. Vale pontuar que o

território não é apenas um espaço físico, mas também um espaço complexo de convivência humana, social, cultural e histórica. Logo, o que cria o território são os atores que nele constroem seu contexto social e de sobrevivência. Dada a importância da presença dos atores para a construção do território e a sobrevivência social, observa-se o quanto cada população usufrui desse espaço, extraindo produtos que apresentam propriedades específicas ou produzindo na região com qualidade organoléptica e estilo, podendo a origem geográfica influenciar essas características. Tais peculiaridades viabilizam o desenvolvimento e o reconhecimento local alinhados ao ambiente, possibilitando à população permanecer em seu território e gerar renda de acordo com as oportunidades existentes. Conforme Machado, para que um desenvolvimento saudável e sustentável ocorra temos de considerar que:

Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) podem ser definidos como: espaços relacionais e de pertencimento onde a vida saudável é viabilizada por meio de ações comunitárias e de políticas públicas que interagem entre si e se materializam, ao longo do tempo, em resultados que visam a atingir o desenvolvimento global, regional e local, em suas dimensões ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais (16).

Alguns projetos percebem a necessidade social, respeitam o meio ambiente e procuram alinhar-se aos objetivos da construção de territórios saudáveis e sustentáveis. Portanto, a dinâmica de desenvolvimento territorial sem a ativação ou o reforço das redes sociotécnicas, com os cidadãos tendo a chance de incorporar-se aos sistemas deliberativos, produzem informações diferenciadas, “como resultado, sai fortalecida a relação cidadão - Estado” (17). Logo, essas relações formam-se com base em interesses pessoais, colaborativos e técnicos, alinhando-se ao saber social e especializado em prol de uma necessidade mútua, formando uma rede social.

Seguindo os pressupostos do desenvolvimento territorial, é inevitável questionar a globalização, seja regulando seja desregulando as questões relacionadas ao equilíbrio do território, com foco nos benefícios trazidos pela conservação e pelo uso sustentável da biodiversidade. Um exemplo é a saúde, tema presente na Conferência Internacional de Saúde Urbana, da Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde e da própria Rio+20.

Buss explica que “a saúde é uma pré-condição para o desenvolvimento, para além de resultado, e um indicador de todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável” (18) (econômica, social e ambiental). Neste encontro, entre as três dimensões, foram discutidos temas relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que impactam os territórios saudáveis e sustentáveis, nos quais a ONU objetiva desenvolver, com as pessoas envolvidas, a promoção de sociedades inclusivas, equitativas, economicamente produtivas e saudáveis.

Dessa forma, a dimensão econômica é dinamizadora do desenvolvimento, e precisamos verificar como ela impacta a vida no território.

2.2 ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

Na perspectiva de uma economia para o desenvolvimento sustentável é necessário explicar que os recursos naturais são finitos, e o crescimento econômico está ligado diretamente ao fornecimento de insumos que possam gerar produtos para serem consumidos em diferentes processos. É urgente o uso racional e comedido dos recursos naturais para que se possa viabilizar um desenvolvimento saudável e sustentável, pois é apenas em tal contexto que estará assegurado o bem-estar social das gerações futuras. Essas, dependem desse planejamento no curto e no longo prazos, avaliando os impactos que estão e podem causar ao meio ambiente

A economia solidária foi utilizada na pesquisa como ponto de partida. Ela apresenta um histórico importante desde 1980, quando Paul Singer, um dos principais teóricos da economia solidária e ativista na busca pela sua implementação no Brasil, explica que entre 1980 e 1990 a “crise desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil” (21). A ameaça econômica é o que dá o impulso na tentativa de renovação e reinvenção. Outras

formas de economia que se preocupam com a geração de renda e com a organização do grupo de modo justo e participativo começam a aparecer, trazendo consigo uma visão sustentável da economia.

Neste estudo considerou-se a economia solidária e mais duas formas de economia que se desenvolvem com base nos preceitos e nas características solidárias, a saber: a economia ecológica, a bioeconomia e a econômica feminina.

A economia ecológica e a bioeconomia apresentam, em que pese a diferença ideológica no uso dos conceitos, uma concepção da economia tradicional em relação à geração de renda, porém com um padrão de renovação e preservação das questões ambientais, ou seja, da sustentabilidade, proporcionando um conjunto de ações e pesquisas com a perspectiva de crescimento econômico e preservação ambiental¹. Em vários setores da produção é constante a busca para reduzir a dependência do Brasil dos produtos não renováveis, como petróleo, gás e carvão, dos quais a atividade industrial consome grande parte. Essas matérias-primas finitas são responsáveis em grande medida pelas mudanças climáticas

Setores como agricultura, alimentação, farmácia, energia, química e outros estão pesquisando produtos renováveis e que preservem o meio ambiente, proporcionando aos seus investidores e multiplicadores competitividade nos insumos comerciais.(20), completando essa informação, o autor considera que “fatores ambientais como legislação, transformações sociais, aumento dos incentivos governamentais, entre outros de natureza externa às firmas, são muito relevantes na compreensão das iniciativas de inovação na bioeconomia.” (22).

A economia feminina faz parte do mundo econômico, e, segundo o IBGE, 37% das mulheres ocupam cargos de chefia no Brasil, contudo essa porcentagem ainda é muito pequena

¹Um dos pais dessa teoria é Nicholas Georgescu-Roegen, que publicou *A Lei da Entropia e o processo econômico*. Segundo ele, não incluir as leis da biologia e da termodinâmica na economia foi um erro grave. Embora na época fossem consideradas pessimistas, hoje suas premissas são levadas em conta porque suas previsões estão a cumprir-se.

ao se verificar a capacidade das mulheres em gerar rendimento e/ou recursos próprios, mas os salários ainda não refletem essa capacidade. A economia feminina aqui é um ponto importante devido ao histórico do quilombo Mesquita, que desde sua organização conta com três mulheres como base familiar e para ações de geração de renda, tal como a fabricação de doces. Tudo isso demonstra a presença feminina na história das Mesquitas.

Assegurar os padrões de produção e consumo sustentável por meio do uso eficiente dos recursos do planeta, igualdade de gênero, erradicação da fome e implantação de uma comunidade saudável e sustentável são metas da Agenda 2030 e temas que foram tratados na pesquisa.

Unir questões comerciais ao cuidado com a sustentabilidade e a renovação dos recursos naturais é indispensável à preservação do planeta, e esse processo depende do ser humano, da cooperação mútua e de investimentos em capacidades científicas e tecnológicas que permitam à sociedade trocar padrões deletérios de produção e consumo para outros mais sustentáveis.

Um aporte para a comercialização dos produtos da biodiversidade por intermédio da economia feminina e circular — pautada na utilização de produtos com bases sustentáveis e que promovam a renovação dos processos — torna-se necessário. Nesse sentido, Oliveira e Silva pontuam ser urgente a “redução da poluição, das emissões de gases do efeito estufa e do desperdício da água, preservando a biodiversidade”(21). Esses teóricos preconizam a conscientização no sentido de um consumo mais limpo e sustentável dos recursos naturais.

O desenvolvimento econômico desta categoria acima citada se molda com características provenientes dos círculos dos recursos. Na agricultura encontram-se as atividades primárias, de onde saem os insumos necessários para que a indústria os transforme em produtos em um mesmo processo. No entanto, o processo de cultivo e o de transformação definirão se esta economia será sustentável. A intensificação da presença feminina tem sido

confirmada por meio de pesquisa no mercado de trabalho. Segundo a Connect American, as mulheres desempenham “66% de todo o trabalho no mundo, produzem 50% de toda a comida, mas recebem apenas 10% do rendimento e são donas de 1-2% da propriedade”. O relatório da Foundation 2017 da rede global CE100 informa que “o Brasil apresenta um cenário atraente para a exploração de oportunidades que a economia circular poderia trazer para a construção do capital econômico, social e natural” (24).

A economia solidária, circular e feminina direciona-se para as atividades de interesse na biodiversidade brasileira presente nos territórios, compreendendo o uso deste território para a manutenção da saúde, alimentar, social e econômica dessa comunidade. A alimentação do quilombo Mesquita influencia a geração de renda, mas é necessário compreender até onde a cultura quilombola ainda está presente na alimentação das mesquitas ou se o processo de urbanização gerou algum impacto na comunidade.

2.3 AGENDA 2030 E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Buscando o desenvolvimento global e a minimização de um grave problema, que é a fome, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com foco nos seres humanos e no meio ambiente, possui atualmente 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas associadas à apreciação da Assembleia Geral da ONU, que desde 2015 propõe um plano de ação global. Este documento é um guia criado coletivamente por representantes de todo o mundo com ações para direcionar o planeta para um caminho mais sustentável e resiliente até 2030.

Segundo Carvalho (14), a Conferência Rio+20 renovou o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável¹⁴). Os pontos referentes ao futuro formam os pilares para arranjos intersetoriais e

inter-escalares. Gallo (24) explica que envolvem os distintos atores em um processo de governança participativa capaz de construir uma hierarquia de prioridades com base nas necessidades do território(24). Esses arranjos dependem de uma gestão estratégica, situacional e comunicativa que traga soluções com base em saberes locais e experiências que determinem o desenvolvimento sustentável, promovendo inclusão social e suspendendo o ritmo da mudança climática e da degradação ambiental.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 2030 são apresentados pela ONU em 17 objetivos e cinco eixos – Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. São ações publicadas no Relatório de Progresso 2019, que apresenta os 27 estados brasileiros contemplados com projetos que visam eliminar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (10). Este trabalho tentou encontrar problemas no quilombo que pudessem ser contemplados com “soluções para superar os desafios e as dificuldades de formulação e de implementação de uma agenda comum em favor do desenvolvimento humano equitativo, inclusivo e sustentável” (10).

Os ODS concentram-se em várias frentes. Na pesquisa foram considerados o número 2 – Fome zero e agricultura sustentável, o número 3 – Saúde e bem-estar e o número 11 – Consumo e produção sustentável. A seguir estão listados todos os 17 ODS:

1. erradicação da pobreza;
2. fome zero e agricultura sustentável;
3. saúde e bem-estar;
4. educação de qualidade;
5. igualdade de gênero;
6. água potável e saneamento;

7. energia limpa e acessível;
8. trabalho decente e crescimento econômico;
9. indústria, inovação e infraestrutura;
10. redução das desigualdades;
11. cidades e comunidades sustentáveis;
12. consumo e produção responsável;
13. ação contra a mudança global do clima;
14. vida na água;
15. vida terrestre;
16. paz, justiça e instituições eficazes;
17. parcerias e meios de implementação.

Nos objetivos pode-se vislumbrar uma proposta de dedicação coletiva em prol do desenvolvimento global, visando ao benefício de todos, inclusive das gerações futuras. Cada país e região enfrenta desafios específicos em relação às questões de desenvolvimento, vulnerabilidade, pobreza e fome. Os ODS e as metas são integrados e indivisíveis, possuem natureza global e são universalmente aplicáveis, tendo em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento, respeitando as políticas e as prioridades nacionais (23). Nesta pesquisa, o foco foram as comunidades quilombolas e os objetivos propostos. Pretendeu-se reconhecer nas metas da Agenda 2030 e dos ODS os fatores e as fragilidades que afetam o território.

2.4 A POLÍTICA PÚBLICA

2.4.1 Política Pública no Território – RIDE DF

A política pública no território apresenta um caráter de desenvolvimento que implica

ações interligadas entre várias frentes. Sua configuração é decorrente de sua materialidade (sistemas naturais) e se anima por meio da vida no espaço, mas sua existência real depende das relações sociais (25) Assim, Milton Santos elucida a configuração do territorial como um conjunto dos complexos naturais e a configuração organizada pelas obras dos homens, criando-se uma relação social. Essas relações vão contribuir para os sistemas de objetos e os sistemas de ação, que são indissociáveis e formam os espaços.

Os sistemas naturais existentes em uma área da concepção do espaço organizado no território com sua existência material própria, propondo as relações da comunidade vão gerar a territorialidade, que é o ato de se fixar no território. Para tanto, será necessário conhecer a história, compreender os conflitos e as tensões, construir um planejamento, a estrutura e a oferta da educação, avaliar as oportunidades de geração de trabalho e proporcionar o levantamento de informações e a organização dos serviços e das ações de saúde(25). Todo esse contexto depende de políticas públicas que possam ser organizadas e desenvolvidas no território.

Com a necessidade de organização, pontua-se o adensamento populacional, intensificado pelo incentivo da industrialização e a modernização do setor agropecuário por meio de planos do governo. Esses fatores proporcionaram a migração para o Centro-Oeste brasileiro. Políticas como o plano de metas do governo JK (1956-1960) aceleraram o desenvolvimento do setor de bens de consumo duráveis da indústria pesada, demarcando uma nova fase na economia brasileira (26). O crescimento econômico no período de 1968-1970 estendeu-se por vários anos, com políticas que mudavam conforme o mercado demandava as crises ou a modernização do setor. A produção agrícola tinha uma posição importante nesse contexto, e o governo precisava elevar a produção. Na época, o direcionamento foi dado pelo Programa de Integração Nacional, que pretendia colonizar e explorar economicamente o Norte

e o Centro-Oeste, e os efeitos dessas políticas de incentivo proporcionaram grandes mudanças, como a urbanização.

A construção da nova capital em meio a essas mudanças econômicas na agricultura acarretou uma interiorização do Brasil nas cidades vizinhas a Brasília. Em 1970 observava-se o crescente impacto gerado pela construção da nova capital. O entorno imediato (27) de Brasília ganhou uma densidade para o que seria a área metropolitana de Brasília (AMB).

Realizando um pulo temporal e partindo para um contexto mais recente, foram criadas políticas públicas nacionais com a intenção de desenvolver o território, a saber: Bolsa Família, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Água para Todos, Programa Luz para Todos, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e outras com o intuito de alavancar o desenvolvimento territorial com impacto na economia, na saúde e na educação. Em escala estadual, a pesquisa teve como foco a política da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (Ride DF).

Entretanto, do ponto de vista formal a área metropolitana não existe, pois Brasília é uma federação, e sua área metropolitana seria composta por dois estados distintos, mas a Constituição Federal normatiza a integração de regiões em desenvolvimento para fins administrativos, que são as Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) (3).

A Ride faz parte de um contexto de políticas voltadas a regiões metropolitanas e integradas cujo objetivo é “articular e viabilizar ações e projetos da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, visando à dinamização econômica e ao desenvolvimento em escala regional” (7). No Brasil existem três Rides: a Ride DF — Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, regida pela Lei Complementar n. 94/1998; a Ride Teresina – Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina, regida pela Lei Complementar n. 112/2001, e por último a Ride Petrolina-Juazeiro — Programa Especial de

Desenvolvimento do Polo Petrolina-Juazeiro, regida pela Lei Complementar n. 113/200. Todas as leis complementares regulamentadas estão ancoradas nos dispositivos da Constituição Federal, que estabelece:

Art. 21, inciso IX, que estabelece que compete à União “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”.

Art. 43, que estabelece que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Conforme o § 1º desse dispositivo, as condições para a integração de regiões em desenvolvimento devem ser fixadas em lei complementar.

Art. 48, inciso IV, que estabelece que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento (6)”

Esta pesquisa trata da região do quilombo Mesquita, incluso na Ride DF, que responsável pelo planejamento para as cidades situadas no entorno do Distrito Federal. Essa Ride teve início em 1998 com a proposta da construção de uma área de abrangência que abarcasse o Distrito Federal, 19 municípios do Estado de Goiás e três municípios do Estado de Minas Gerais, ficando assim constituída e organizada pela Lei Complementar n. 94/1998. A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) apresentou um relatório que traz o levantamento da área de influência de Brasília e uma proposta de ampliação da Ride DF). O documento esclarece que o êxodo aconteceu devido ao incentivo e à concretização de uma expressiva ocupação demográfica no interior do país, pois “o governo federal deu início a ações voltadas para a ocupação do Centro-Oeste, como estratégia de interiorização da ocupação populacional e das atividades produtivas do Brasil” (27).

O processo de urbanização do Centro-Oeste está diretamente ligado à transferência da capital federal para Brasília. Com isso, a região saiu de uma posição de menor taxa de urbanização, segundo a Codeplan na ordem de 20%, para o terceiro lugar em 1960, com 34%, tendo atingido a segunda colocação em 2010, com mais de 85% de sua população vivendo nas cidades (27). Para fins de planejamento urbano, em 1997 foi realizado um seminário com a

Codeplan e o Núcleo de Estudos Urbanos da UnB (Neur) com a proposta de definir o espaço metropolitano de Brasília entre os municípios que faziam parte das adjacências e impactavam o fluxo diário de trabalho, deslocamento para compras e serviços, etc.

O contexto observado concorreu para definir o espaço do território, tendo sido criada a Ride DF, instituída pela Lei Complementar n. 94, de 19 de fevereiro de 1998, que cobre a área de dois estados (Goiás e Minas Gerais), o Distrito Federal e 22 municípios. Essa cobertura agora foi ampliada. Naquele encontro de 1997, o maior objetivo com a criação da região foi “realizar o planejamento conjunto de serviços públicos comuns a esses entes federados, em especial infraestrutura e geração de empregos” (26). Durante esse processo, foi desenvolvido um novo relatório no qual foram inseridas algumas modificações, a última delas realizada em 2018 com a criação da Lei Complementar n. 163, de 14 de junho de 2018, que incluiu na cobertura da Ride DF mais dez municípios de Goiás e dois de Minas Gerais, totalizando 33 municípios, mais o Distrito Federal (27).

A Ride propõe em seus objetivos dinamização econômica e desenvolvimento regional para a região integrada. Essa atividade agrega as ações previstas na implantação da Agenda 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a quem pretende desenvolver ações que promovam a erradicação da pobreza e o desenvolvimento econômico, social e ambiental à escala global. Uma das questões analisadas é a urbanização no território Mesquita, que está incluso na Ride DF.

2.5 URBANIZAÇÃO NA RIDE

A urbanização no Centro-Oeste é marcada por períodos de incentivos estratégicos de ocupação populacional no interior — a interiorização, com o objetivo de impulsionar as atividades produtivas na região. Nesse processo, dois momentos se destacam: o lançamento do

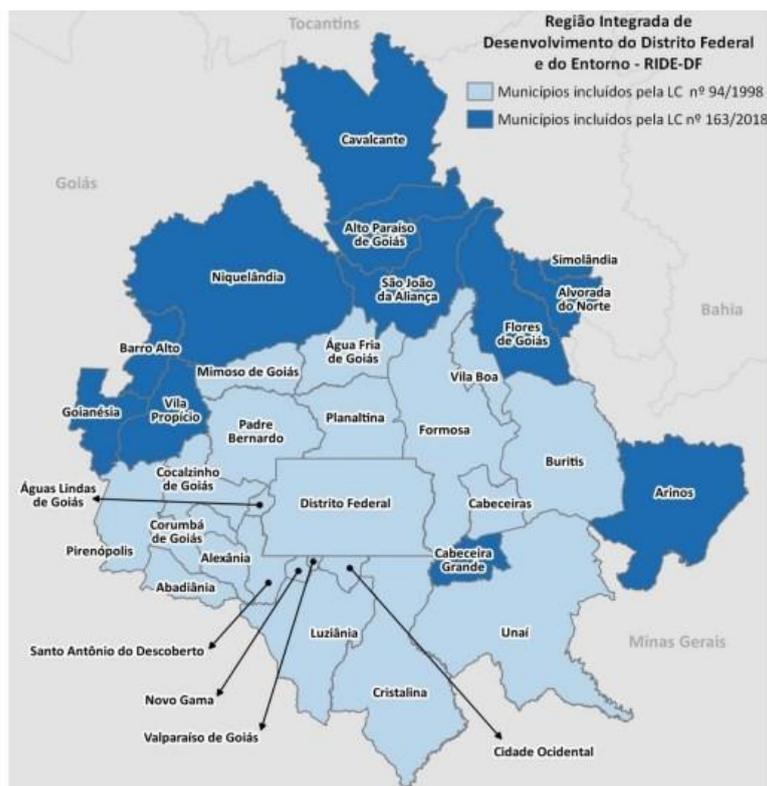
programa Marcha para o Oeste, proclamado por Getúlio Vargas na década de 1940, e, posteriormente, a transferência da capital para a região, projeto de Juscelino Kubitschek.

A região do Planalto Central era ocupada por latifúndios cuja atividade era a pecuária extensiva. A expansão da pecuária se dá pelo incentivo para a ocupação populacional por meio da atividade agropecuária. Em seus estudos populacionais, a Codeplan constatou o quanto foi rápido o processo de adensamento urbanístico no Centro-Oeste, saindo de 20% de concentração para a população que vivia na cidade para 85% em um período de quarenta anos. Esse processo de ocupação urbanística do Centro-Oeste está conectado ao processo de urbanização de Brasília, pois a ampliação da ocupação demográfica no interior do país era pré-requisito para a interiorização do Brasil.

As regiões vizinhas a Brasília compõem a Ride DF e são identificadas como o entorno imediato, a saber: Luziânia, Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás e Planaltina (3). A Ride DF foi criada com o intuito de articular ações administrativas da União com esses municípios e o Distrito Federal (27). Para tanto, foi sistematizado um conjunto de serviços públicos comuns a esses entes federados, promovendo melhorias nas políticas públicas em escala regional para facilitar o desenvolvimento integrado e reduzir as diferenças socioeconômicas, em especial de infraestrutura e geração de empregos.

A partir da implantação dessas políticas observa-se um aumento considerável nas taxas demográficas, altos níveis de centralidade, grandes volumes de migração e densidade. Essas cidades estabelecem a área de influência de um grande centro urbano, que identifica o fluxo desenvolvido devido à área polarizada, os trajetos diários da população para o trabalho, os deslocamentos para consumo ou para realização de serviços (27).

Figura 3: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno – Ride DF



Fonte: Codeplan (29)

A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios — Pmad apresentou entre 2013 e 2018 uma base de dados abrangendo os aspectos socioeconômicos dos municípios que compõem a denominada Área Metropolitana de Brasília. As cidades vizinhas ao Distrito Federal apresentam uma dependência financeira significativa, visto que a renda mínima dos municípios que compõem a Ride DF está abaixo de três salários mínimos, portanto as diferenças sociais são grandes (30). A Figura 4 mostra indicadores de pobreza e dependência econômica das cidades vizinhas em relação ao Distrito Federal.

Figura 4: Pobreza e desigualdade no entorno em relação ao Distrito Federal

Desigualdade

Indicadores comprovam pobreza e dependência do Entorno em relação ao Distrito Federal

cidade	% dos que trabalham no DF	renda per capita	% de pessoas com nível superior
Águas Lindas de Goiás	58,1	R\$ 584	3,5
Novo Gama	56,6	R\$ 607	4,2
Valparaíso de Goiás	55	R\$ 791	7,6
Cidade Ocidental	52,3	R\$ 674	5,2
Sto. Antônio do Descoberto	50,7	R\$ 592	3,9
Planaltina	49,7	R\$ 633	3,9
Luziânia	28,1	R\$ 626	7
Cocalzinho de Goiás	24,6	R\$ 574	3,9
Padre Bernardo	17,2	R\$ 590	4,8
Formosa	9,8	R\$ 768	9,3
Alexânia	6,6	R\$ 711	6,3
Cristalina	2,2	R\$ 749	5,2
Média da Periferia Metropolitana de Brasília	-	R\$ 661	5,67
Distrito Federal	-	R\$ 2.461	33,9

Fonte: Pmad 2018(30).

As pessoas que moram no entorno mas trabalham no Distrito Federal compõem os fluxos entre as cidades e demonstram o quanto a população urbana cresceu na Ride DF, estabelecendo um êxodo rural e uma dependência econômica relacionada à evolução populacional.

A urbanização das cidades que compõem a Ride está em crescimento devido ao seu grau de urbanização e densidade. No livro diagnóstico da Codese_DF consta que o Distrito Federal possui a maior densidade demográfica entre as 27 UFs do país, com 530 habitantes por quilômetro quadrado, 15 vezes a densidade de Minas Gerais e 25 vezes a de Goiás (31)

Atualmente, 33 municípios constituem a região integrada; desses, segundo dados da Codeplan, o Distrito Federal ocupa 5.780 km², representando 6% do seu território. Os municípios de Minas Gerais ocupam 19.984,096 km², cerca de 21% do território; os municípios do Estado de Goiás ocupam 73% de seu território, com uma área territorial de 68.806,296 km² (28). Nessa distribuição, a Cidade Ocidental, onde está localizado o quilombo Mesquita, foi incluída na Ride em 1998 e apresentava uma extensão geográfica de 389,395(km²).

2.6 LUTAS QUILOMBOLAS PELO TERRITÓRIO

Mocambos, quilombos, comunidades negras rurais e terras de preto — todos se referem a agrupamentos de pessoas de origem africana que ocuparam terras não tituladas e, em sua maioria, de difícil acesso. Foi identificado como quilombo no Decreto Federal n. 4.887/2003 que entende como “trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (32). “O território não recebia apenas negros, mas também índios e brancos oprimidos” (33). A relação criada entre os oprimidos que buscavam o quilombo subsidiava o uso coletivo da terra, livre de preconceitos e desrespeitos.

O quilombo dos Palmares é uma referência na história brasileira. Ele recebeu cerca de 30 mil negros na serra da Barriga, local com uma visão privilegiada de toda a região, o que propiciava aos quilombolas detectar possíveis invasores e conhecer várias rotas de fuga. Zumbi dos Palmares, defensor da libertação dos escravos, foi líder do quilombo dos Palmares, sendo reconhecido como figura de expressiva relevância para o movimento negro. A data de sua morte foi escolhida para comemorar o Dia da Consciência Negra, momento de reflexão e afirmação das lutas que marcaram a história brasileira. Existem outras lutas importantes a serem citadas, como a Revolta dos Alfaiates (Bahia, 1798-1799), a Cabanagem (Pará, 1835-1840), a Sabinada (Bahia, 1837-1838) e a Guerra da Balaiada (Maranhão, 1838-1841).

Com a resistência dos escravos e o apoio de vários setores da sociedade, em 1888 é promulgada a Lei Áurea, que libertava os escravos. O que se esperava que fosse uma conquista se tornou um processo de repressão e perseguição aos ex-escravos, que não receberam absolutamente nenhuma ajuda para seu sustento.

Dando agora um salto na história com o propósito de resumir o longo processo de lutas, em 1970 inaugura-se a temática negra, que teve uma espécie de demanda ou nova pauta na política nacional: “Afrodescendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados

a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas” (34). A esse quadro somam-se as reivindicações da população rural negra, que sofria expropriações incessantes e se colocava como um segmento específico no palco dos movimentos sociais.

Mesmo com as origens diversas das comunidades, em 1988 o tema entra na Constituição Brasileira, que estabelece o art. 68 — aos “remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes os títulos respectivos” (35). O processo é histórico e atual, descendentes africanos escravizados na luta pelo direito à liberdade, a cidadania e a igualdade, dívida secular do Estado para com essas pessoas.

Nesse sentido, o quilombo Mesquita insere-se na história brasileira e de Goiás com lutas, organização e resistência por um território que até hoje ainda não foi reconhecido como pertencente aos quilombolas.

2.6.1 O Reconhecimento do Quilombo Mesquita

Desde antes da Lei das Terras, os grupos de negros vinham se formando e não aceitavam as condições que lhes eram impostas. Logo, começaram a fugir e a procurar terras nas quais não houvesse interesses hegemônicos. Claro que o interesse era despertado, e o grupo era obrigado a migrar para outras terras. Isso explica o contexto histórico de alguns grupos familiares pesquisados. Oliveira publicou uma pesquisa focada nos Mesquitas, que ainda em situação escrava se deslocavam de “Santos, Rio de Janeiro e Salvador, sendo predominantes os africanos da etnia Bantu – originários de Angola, Congo e Moçambique” (35) e seguiam comercializados para Goiás e Minas Gerais.

O registro histórico da família Mesquita em Minas Gerais se inicia com a cidade denominada Mesquita em homenagem a um português que explorava as terras da região em

busca de minério. O registro da movimentação familiar segue também em Santa Luzia, Ipameri e Pirenópolis, todos em Goiás, e finaliza com o atual quilombo na Cidade Ocidental, a 50 km de Brasília.

O quilombo Mesquita, formado há mais de duzentos anos por uma população quase totalmente negra, “comporta descendentes dos escravos trazidos na época da mineração para a antiga cidade de Santa Luzia, hoje Luziânia” (36). Com o declínio da mineração em Goiás, muitos senhores abandonaram suas terras porque sua exploração tornou-se inviável e a sobrevivência muito difícil. Segundo Oliveira, relata-se que as terras foram herdadas por três negras libertas, cujo senhor deixou-as para elas, e ali constituíram família “Maria Abadia, Martinha Pereira Braga e Maria Pereira Dutra” (35). Com a doação realizada para as escravas, a história do quilombo Mesquita se constrói com base na resistência feminina, pois as mulheres negras foram “as únicas responsáveis pela manutenção da cultura material e simbólica, além da sobrevivência dos membros do grupo familiar” (36).

Em 2006, os Mesquitas conseguiram obter da Fundação Palmares o título de Remanescente de Quilombo por comprovarem sua ancestralidade comum, a estrutura de organização política própria, o sistema de produção particular e a partilha de elementos linguísticos e religiosos ou de símbolos específicos. Em 2011, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) emite o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI), que reconhece as terras dos Mesquitas, mas gera novos processos pela delimitação apresentada no território.

Os Mesquitas mantiveram sua trajetória ininterruptamente, constituindo-se como um território de ocupação negra, mas com o reconhecimento de seus contemporâneos. Passaram a desenvolver suas práticas e tiveram seu reconhecimento como quilombolas, e até hoje se autodeclararam negros ou descendentes registrados no senso municipal de 2011 (35). Esse sentimento de pertencer a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade

étnica e da territorialidade, tendo em vista que o processo de representação está definido no espaço-tempo, localizado e representado. O estar junto para grupos negros é a demonstração do engajamento na ideia de resistência da cultura negra, aquilombar-se, como é identificado, potencializa saberes, culturas, identidade e histórias ancestrais(37).

A aproximação com a capital federal não garantiu o acesso necessário às políticas públicas para a preservação do modo de vida dos quilombolas, que sofrem na luta pela manutenção de suas tradições culturais e territoriais. Atualmente, os remanescentes do quilombo dispõem de apenas 4,2 mil hectares e lutam para proteger sua terra da expansão urbana, que vem a reboque do desmatamento ao redor e das práticas de monocultura, contaminando o solo pela aplicação de defensivos.

Segundo Neres (38), o individualismo e a crise do coletivismo multiplicaram-se nas terras Mesquita, acabando com a liberdade de seus ocupantes de construir casas, plantar e criar animais de forma comunitária (37). Os interesses capitalistas na região, trazem uma mudança no comportamento e na dinâmica do quilombo. As atividades agrícolas eram feitas de forma comunitária. Os quilombolas (38)se ajudavam, eram solidários uns com os outros no cultivo, na colheita e na organização da terra. Essa conduta se perdeu, conforme explica Paul Singer, com os modos de produção cujos “princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (19). Atualmente, a produção é individual e com várias dificuldades para um desenvolvimento territorial que seja solidário, mas também, saudável e sustentável.

O quilombo Mesquita é estruturalmente um quilombo rural, mas está ocorrendo ao seu redor um processo de urbanização que certamente, mais adiante, deverá transformá-lo em um quilombo urbano. O quilombo teve sua origem no processo de ocupação dos morros e dos terrenos devolutos que deram origem às favelas, símbolo maior do abandono dos libertos pelo Estado(37). No caso do quilombo Mesquita, a resistência por meio da ocupação dos espaços

converge para um foco de conquista de objetivos e de luta contra os padrões opressores impostos pela sociedade. O crescimento de condomínios habitacionais nos territórios vizinhos suscita uma discussão mais profunda quanto à probabilidade de essa conversão acontecer e o quilombo passar de rural para urbano.

A escolha pelo quilombo Mesquita como objeto de estudo partiu das pressões sociais que o território vem sofrendo e como a comunidade vem se adaptando para manter seu território vivo e saudável. O quilombo Mesquita é relevante para a região no que diz respeito ao contexto histórico, pois é um sítio que guarda marcos da história de Goiás. Sua contribuição para a economia local também é bastante evidente.

A proposta inicial da pesquisa era trabalhar com duas comunidades, utilizando um processo comparativo do desenvolvimento territorial. Entretanto, a pandemia da covid-19 impossibilitou a pesquisa de campo, logo foi necessário readequar as possibilidades geográficas. Apesar da delimitação imposta pela situação de emergência de saúde, o quilombo Mesquita continua sendo um objeto relevante, pois apresenta questões graves, como ataque da especulação imobiliária e do agronegócio e a perda do território por intermédio dos próprios quilombolas, item de sobrevivência para o quilombo.

Os dados estatísticos de territórios quilombolas ainda são escassos. Atualmente, o relatório do IBGE é o documento mais atualizado para o levantamento do total de localidades quilombolas no Brasil. Embora não se tenha estimativa oficial dessa população, calcula-se que o país possua 5.972 localidades quilombolas divididas em 1.672 municípios brasileiros, segundo os dados do relatório emergencial para o enfrentamento da pandemia (39).

O relatório técnico de 2020 do IBGE acerca das comunidades quilombolas não apresentou informações importantes, como economia, saúde, educação e desenvolvimento, ateu-se apenas a dados para o planejamento da vacinação contra a covid-19.

Mesmo com dados estatísticos inexistentes, há trabalhos científicos que atestam alguns dados, como a matriz econômica para os Mesquitas, a agricultura familiar para a subsistência e a geração de renda, como também a produção de marmelo, principal característica cultural da região que acompanha as “festas e festejos” da comunidade. Seu cultivo é tão importante que os Mesquitas fazem uma grande festa para comemorar a produção do ano — é a Festa do Marmelo, realizada em fevereiro com o envolvimento de todos. Nas imagens a seguir está a localização do quilombo e a produção de marmelo em um tacho de cobre.

Figura 5: Localização do quilombo



Fonte: Google Maps.

Figura 6: Arquitetura histórica do quilombo



Fonte: <http://conaq.org.br/noticias/incra-decide-revogar-resolucao-que-reduzia-area-do-quilombo-mesquita/>

Figura 7: Produção econômica – marmelo



Fonte: <http://conaq.org.br/noticias/incra-decide-revogar-resolucao-que-reduzia-area-do-quilombo-mesquita/>

O marmelo está presente nas produções dos Mesquitas desde 1804. (35), A famosa marmelada de Santa Luzia até hoje é um doce muito prestigiado pelos Mesquitas, que trabalham na produção de marmelo para a fabricação de doces juntamente com outros doces de frutas plantadas no território.

Além da produção de subsistência, os Mesquitas exercem o extrativismo dos produtos do cerrado e plantam produtos tradicionais da cultura quilombola, como o quiabo N'golo, também conhecido como hibisco ou azedinha. Com esse quiabo produzem um bioproduto, a bebida chamada N'golo, uma espécie de vinho fermentado, com baixo teor

alcoólico, comercializado, ainda, somente na comunidade. Entre os festejos da comunidade, os Mesquitas destinam uma festa só para o N'golo, recuperando as raízes ancestrais angolanas.

Mesmo o território tendo sido reconhecido pela Fundação Palmares e pelo Inca, no quilombo de Mesquita o acesso às políticas públicas são percebidas de forma tímida pelas lideranças.

Nesse contexto, a extração e a comercialização dos produtos do cerrado, a produção agroecológica e a organização sob os preceitos da economia solidária ainda são pontos frágeis, embora os moradores relatem que são pontos imprescindíveis à manutenção do quilombo.

2.6.2 Cronologia do quilombo Mesquita

Apresenta-se agora a cronologia do quilombo, construída com base no Mapa de Conflitos publicado pela Nepes/ENSP/Fiocruz. O objetivo é identificar as injustiças ambientais e de saúde no Brasil (40). O quilombo Mesquita, segundo o Mapa de Conflitos, sofreu impactos sociais no território provocados pela atuação das entidades governamentais, pela especulação imobiliária, pelo desmatamento, pelas invasões, pela violência e pelas constantes ameaças à integridade dos Mesquitas, tudo isso deteriorando fortemente sua qualidade de vida.

Quadro 1: Cronologia

1700-1746	<ul style="list-style-type: none"> • Exploração aurífera e incremento populacional no Centro-Oeste; forma-se o Arraial de Santa Luzia, embrião de Luziânia, região a 24 km de distância de onde hoje é a Cidade Ocidental e o quilombo Mesquita.
1763	<ul style="list-style-type: none"> • Declínio da fartura do ouro.
	<ul style="list-style-type: none"> • Doação das terras para três escravas forras do proprietário João Manoel Mesquita. Atualmente a base familiar das três escravas compõe as principais famílias quilombolas do território.
1833	<ul style="list-style-type: none"> • O Arraial de Santa Luzia torna-se vila.
1943	<ul style="list-style-type: none"> • A cidade passa a se chamar Luziânia.
1956	<ul style="list-style-type: none"> • A comunidade Mesquita contribuiu para a construção do Catetinho, casa que recebia o presidente Juscelino Kubitschek quando vinha fiscalizar as obras de Brasília.
1960	<ul style="list-style-type: none"> • Inauguração de Brasília.

1968	<ul style="list-style-type: none"> • É lançado o Programa Estratégico de Desenvolvimento para o período de 1968-1970, que impulsionava o fortalecimento da empresa privada por meio da aceleração do desenvolvimento econômico.
1958	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade Mesquita trabalha na construção da Usina Saia Velha, primeira hidrelétrica da capital.
1970	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Brasília.
1970	<ul style="list-style-type: none"> • É lançado pelo governo o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PND), que incentivava a ocupação do território nacional pelo governo militar, que foi efetivada no início dos anos 1970 e operacionalizada com o discurso da integração nacional via colonização do Centro-Oeste. • As diversas ações de grilagem e a especulação imobiliária passaram a exercer pressão sobre a posse das terras.
1980	<ul style="list-style-type: none"> • Segundo relatório do Incra, José Sarney adquiriu terras no espaço quilombola que foram expropriadas da comunidade no passado, tornando-se a Fazenda Pericumã.
1990	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do município Cidade Ocidental (GO). Expansão da malha urbana na região.
1988	<ul style="list-style-type: none"> • Promulgação da Constituição Federal, que determina, em seus artigos 215 e 216, a demarcação quilombola, dando direito às terras às comunidades remanescentes negras.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Fundada em 2003 a Areme — Associação Renovadora dos Moradores e Amigos do Mesquita, tendo Sandra Pereira Braga assumido sua liderança, tem como objetivos a afirmação identitária da comunidade, a regularização fundiária do território quilombola, a valorização dos agricultores, a luta pela adequação da escola à sua realidade e referências culturais.
19 de maio de 2006	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão pela Fundação Cultural Palmares da certidão de autodefinição de Remanescente para a comunidade negra rural de Mesquita.
	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).
	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Antropológico e Relatório Agrônomo, Planta e Memorial Descritivo do Território.
9 de abril de 2009	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da tramitação do processo administrativo de identificação e delimitação da área de 4,2 mil hectares da Comunidade Remanescente de Quilombo Mesquita por intermédio da Superintendência Regional do Incra do Distrito Federal e Entorno. Publicado no <i>Diário Oficial da União</i> e no <i>Diário Oficial de Goiás</i>, processo identificado pelo número 54700.001261/2006-82.
Agosto 2009	<ul style="list-style-type: none"> • A Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (Semar/GO) concede licença de exploração florestal de 84 hectares da área reivindicada pelos quilombolas de Mesquita, favorecendo a Taquari Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., que tinha como objetivo a construção de um condomínio de casas. Seus proprietários, Marcos Pereira Lombardi (Marcola) e Fernando Gontijo, questionaram na época que nunca tinham sido comunicados pela Fundação Palmares que a área era quilombola.

Fevereiro de 2010	<ul style="list-style-type: none"> • O Incra notifica a Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás sobre o processo de regularização do território quilombola, mas não é tomada nenhuma providência.
21 maio de 2010	<ul style="list-style-type: none"> • O Ministério Público Federal no Distrito Federal entrou com ação civil pública na Vara Única da Subseção Judiciária Federal de Luziânia requerendo a suspensão imediata da licença concedida pela Semarh-GO, assim como a recuperação da área degradada.
29 e 30 de agosto de 2011	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação no <i>Diário Oficial da União</i> da delimitação da área da comunidade em 4,2 mil hectares, representando apenas parte das terras ancestrais.
9 de setembro de 2011	<ul style="list-style-type: none"> • Prazo para contestação do RTDI do Território Quilombola de Mesquita.
9 de novembro de 2011	<ul style="list-style-type: none"> • A Conaq informa os desdobramentos da audiência pública com a participação da deputada Erika Kokay (PT-DF.)
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Início da instalação de novos empreendimentos – Damha Urbanizadora.
22 de agosto de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • A Damha divulga a criação de uma nova associação (Associação Bairro Sustentável) para representá-la nas áreas dos seus empreendimentos. • Iniciam-se as obras dos loteamentos Dahma I e II, localizados no bairro ABC.
Dezembro de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • O Incra realiza análise das contestações do RTDI.
21 de fevereiro de 2013	<ul style="list-style-type: none"> • Instaurado inquérito civil or intermédio do Ministério Público Federal para verificar se os projetos de loteamento Damha I e II, localizados em bairro da Cidade Ocidental denominado Jardim ABC, se encontram em território remanescente de quilombo da comunidade de Mesquita.
31 de julho de 2013	<ul style="list-style-type: none"> • O processo de reconhecimento do território foi contestado por meio de mandado de segurança (n. 69376-10.2011.4.01.3400 da 4ª Vara da Seção Judiciária do DF) impetrado por um morador, que alegou a regularização realizada pelo Incra, mas o pedido foi negado pelo juiz federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.
21 de junho de 2018	<ul style="list-style-type: none"> • Revogação do pedido de redução em cerca de 80% do território do quilombo Mesquita solicitado pela Associação Renovadora Quilombo Mesquita.

Fonte: [http<< https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/go-quilombolas-de-cidade-ocidental-lutam-por-titulacao-definitiva-de-seu-territorio-tradicional/>>](http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/go-quilombolas-de-cidade-ocidental-lutam-por-titulacao-definitiva-de-seu-territorio-tradicional/) Acesso em 26 ago. 2023.

A cronologia segue com novas atividades, mas nenhuma com um impacto significativo para o movimento de regularização e posse das terras por parte do quilombo. Até o momento da pesquisa, o Incra não tinha emitido novos pareceres nem publicado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

3 METODOLOGIA

3.1 ESTRUTURA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada foi estudo de caso no quilombo Mesquita, exploratório de natureza qualitativa. A escolha dessa metodologia se deu em razão do caráter único da comunidade quilombola. Foi necessária uma profunda investigação acerca dos problemas apresentados, buscando compreender as nuances e as complexidades envolvidas. Minayo (41) explica que a pesquisa, como atividade básica das ciências na indagação e na construção da realidade, procura responder à teoria e a realidade empírica, tornando plausíveis as respostas dadas pelo pesquisador (42). Com a base conceitual de Minayo, a estrutura metodológica desta pesquisa compreendeu um estudo de caso, de natureza descritiva, com uma linha qualitativa. O estudo de caso compreende o meio de organizar os dados, o caráter único do objeto estudado.

Para a construção do estudo foi utilizada esta sequência: formulação da pergunta: “Quais os desafios enfrentados por comunidades de territórios quilombolas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride DF), considerando processos recentes de urbanização em regiões metropolitanas de Brasília?”; seleção do caso quilombo Mesquita, coleta de dados por meio de entrevistas; sistematização dos dados com uso do Iramutec; análise e interpretação, discussão dos resultados e, por fim, a conclusão. Cada etapa está distribuída no corpo do estudo, tendo início com a apresentação da população-alvo.

3.1.1 Entrevistas

3.1.2 População-alvo

O sujeito desta pesquisa são os moradores da comunidade do quilombo Mesquita, que apresentam uma liderança informal. Os atores que exercem influência e liderança sem ter uma posição formal de autoridade surgem de forma natural como resultado de suas habilidades, conhecimento, experiência e carisma (43). A procura pelos entrevistados se deu por orientação pedagógica e contatos entre os moradores.

O quilombo Mesquita está situado no entorno de Brasília, dentro do espaço geográfico da Cidade Ocidental (GO). Atualmente a comunidade possui cerca de 3 mil habitantes divididos em 4,2 mil hectares. Sua história se inicia pela exploração aurífera e ela escravidão, promovendo na região a ocupação de áreas que hoje se identificam como Santa Luzia e Cidade Ocidental.

3.1.3 Coleta — construção das entrevistas

A coleta de dados foi realizada entre os meses de fevereiro e maio de 2023, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Fiocruz Brasília, sendo aprovada pelo número CAAE: 56743522.0.0000.8027, em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012. Este trabalho seguiu as orientações acadêmicas e só foi realizado após a assinatura de cada participante do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O levantamento de campo levou um tempo maior do que a Academia determina para uma pesquisa, pois foi necessário respeitar o tempo de distanciamento social da pandemia da covid-19, o tempo da comunidade, a construção da confiança com a pesquisadora, a relação do diálogo, os convites para eventos e ações dentro do quilombo.

3.1.4 Participantes

Foram realizadas dez entrevistas, sendo seis mulheres e três homens, um entrevistado identificou-se como não binário ; as idades variaram entre 26 anos e 67 anos. Destes, nove moram no quilombo e apenas um não. Como critério de inclusão foi adotado o fato de ser morador do quilombo e ter alguma influência ou participação estabelecida na comunidade.

3.1.5 Construção das entrevistas

A construção das entrevistas teve por base a compreensão do perfil dessa população, e respeitar a formação social dessa comunidade foi pilar para um retorno positivo. Foi utilizada a técnica do *snow ball*, em que a indicação da pessoa-chave, ou um informante-chave, como

explica Vinuto, é uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência (44). A utilização de uma cadeia de referência corroborou a dificuldade em acessar os atores no período pandêmico (covid-19) vivido durante o levantamento de campo. Encontrar um informante-chave indicou o caminho para os próximos contatos na comunidade. Foram seguidas as indicações obtidas durante cada entrevista até haver saturação de informações.

O primeiro contato com o informante-chave aconteceu no Congresso Brasileiro de Vida Silvestre, ocorrido na Universidade Católica de Brasília em 2019. Um morador do quilombo estava apresentando a organização social, cultural e urbana do território aos universitários, e assim, em razão de suas características, ele se tornou o informante-chave. A partir de agosto de 2019 iniciam-se os diálogos, com visitas, apoio em ações diversas e participação em reuniões que visassem ao desenvolvimento da comunidade.

Identificação dos entrevistados no instrumento roteiro de entrevistas: perfil socioeconômico.

3.1.6 Os entrevistados

Quadro 2: Os entrevistados

Identificação do entrevistado	Perfil	Identificação do entrevistado	Perfil
ID 1	Gênero_não Idade_26 a 36 anos T. quilombo_26 a 36 Escolaridade_superior.in Elétrica_sim Encanada_sim Tratada_sim Assistente saúde_não Professor_não Profissional_não	ID 2	Gênero_feminino Idade_26 a 36 anos T .quilombo_26 a 36 Escolaridade_superior.in Elétrica_sim Encanada_não Tratada_não Assistente saúde_não Professor_sim Profissional_sim

ID 3	*ID_3 Gênero_feminino Idade_36 a 46 anos T. quilombo_36 a 46 Escolaridade_superior Elétrica_sim Encanada_não Tratada_não Assistente saúde_não Professor_não Profissional_não	ID 4	ID_4 Gênero_masculino Idade_+56 anos T. quilombo_+56 Escolaridade_fundamental.in Elétrica_sim Encanada_não Tratada_não Assistente saúde_não Professor_não Profissional_não
ID 5	ID_5 Gênero_feminino Idade_+56 anos T. quilombo_+56 Escolaridade_não Elétrica_sim Encanada_não Tratada_não Assistente saúde_não Professor_não Profissional_não	ID 6	ID_6 Gênero_feminino Idade_46 a 56 anos T. quilombo_26 a 36 Escolaridade_média Elétrica_sim Encanada_não Tratada_sim Assistente saúde_sim Professor_não Profissional_sim
ID 7	ID_7 Gênero_feminino Idade_36 a 46 anos T quilombo_36 a 46 Escolaridade_média Elétrica_sim Encanada_não Tratada_não	ID 8	ID_8 Gênero_feminino Idade_36 a 46 anos T. quilombo_36 a 46 Escolaridade_superior Elétrica_sim Encanada_não Tratada_sim

	Assistente saúde_sim Professor_não Profissional_sim		Assistente saúde_não Professor_sim Profissional_sim
ID 9	ID_9 Gênero_masculino Idade_+56 anos T. quilombo_36 a 46 Escolaridade_superior Elétrica_sim Encanada_não Tratada_não Assistente saúde_não Professor_não Profissional_não	ID 10	Gênero_masculino Idade_46 a 56 anos Escolaridade_superior.in

Fonte: Autora.

3.1.7 Construção das questões norteadoras (temas)

Dado o contato inicial e a observação da dinâmica das pessoas no território, foi aplicada a metodologia exploratória por meio de métodos mistos a partir de um levantamento sistêmico com artigos em formato eletrônico que apresentassem um recorte temporal de dez anos e no mínimo um dos objetivos compatíveis com os da pesquisa.

Os resultados encontrados com o levantamento sistêmico apresentaram informações relevantes para a construção do roteiro de entrevistas e para a escolha dos temas a serem tratados. Dos artigos consultados, são apresentados apenas os que tiveram resultados relevantes e puderam dar embasamento para a construção:

Quadro 3: Artigos levantados nas bases de dados

Procedência	Título do artigo	Autores	Periódico (volume, número de páginas, ano de publicação)	Considerações/temáticas
-------------	------------------	---------	--	-------------------------

Scielo	Caracterização da saúde e do saneamento de uma comunidade quilombola no entorno da capital do Brasil: um <i>scoping review</i>	Andrade, Aurélio Matos; Faria, Diogo Caiafa Moreira Lopes de Franca; Fellipe Manoel de Sousa; Ribeiro, Fernanda Reis; Oliveira, Marcelo Fernandes Barbosa de; Matos, Marcos André de ;	<i>Saúde debate</i> 46 (spe2) 46p. jun 2022 https://doi.org/10.1590/0103-11042022E233 https://www.scielo.br/j/sdeb/a/m5Ywv6pmgMYSXWZkSY8XTqB/?lang=pt	Identificar os aspectos de saúde e saneamento da comunidade quilombola Mesquita, na Cidade Ocidental, no Estado de Goiás, Brasil.
Periférico, Grupo Unb	Quilombo Mesquita, em Goiás: uma experiência de assessoria técnica conjunta do grupo periférico FAU/UnB e nucleação da residência au+e/UFBA: quilombo	FAU Del, Y Nucleación; Au, Colegiado Souza; Liza Maria Temoteo, Cyntia.	Grupo de pesquisa periférico – trabalhos emergentes: https://www.perifericounb.com/artigos	Quilombo Mesquita, em Goiás, nas proximidades da capital federal, com base em estudos já realizados sobre planejamento afrrrural, expondo o percurso do trabalho desenvolvido pelos residentes no território
Scielo	Conflito territorial e ambiental no quilombo Mesquita/Cidade Ocidental: racismo ambiental na fronteira DF/goiás	Aguiar, Vinicius Gomes de	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, 116 p., Março 2015 http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7942	Com o cenário de especulação imobiliária, esta pesquisa acredita na hipótese de que o quilombo do Mesquita está inserido em um conflito ambiental territorial e espacial.

Fonte: Autora.

Neste levantamento surgiram questões relevantes para a pesquisa, tais como conflitos territorial, hídrico, saneamento e saúde. Dessa forma, o roteiro compreendeu três partes – abertura (pergunta sensibilizadora) – desenvolvimento territorial (constitui o levantamento dos problemas do território, urbanização e ações do Estado) – perfil socioeconômico (idade, escolaridade e estrutura de moradia).

3.1.8 Lideranças locais

A busca por lideranças locais tem por objetivo a compreensão desses líderes de uma comunidade e do processo de desenvolvimento local (45). A figura do líder é essencial em comunidades carentes que podem eleger formalmente seu representante ou informalmente ter uma pessoa que se configure como tal devido ao respeito adquirido entre os moradores, sua experiência e seus conhecimentos (46). Assim, foram consultados os líderes informais que se dedicam ao desenvolvimento do quilombo e nele exercem influência, com diversidade de sexo, idade e área de atuação dentro do grupo.

3.1.9 Representante legislativo

A figura do representante legislativo evidenciou-se por meio da observação das relações da comunidade com a Prefeitura da Cidade Ocidental. Nas visitas de campo sempre aparecia o relato da presença de representantes do Legislativo em diversas atividades que aconteciam no território. Portanto, houve a necessidade de escutar um representante do Poder Legislativo Municipal, tendo em vista que cabe a eles a fiscalização da aplicação das leis e a proteção dos interesses da população daquele espaço. O contato foi previamente marcado com o vereador Robson Campos, que foi por duas vezes conselheiro tutelar da Cidade Ocidental. Atualmente está em seu segundo mandato pelo partido Podemos e é o vice-presidente da Câmara Legislativa da Cidade Ocidental.

3.1.10 Realização das entrevistas

As entrevistas foram realizadas com a metodologia “bola de neve”, que, segundo Vinuto, é uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência (44). Tal técnica foi escolhida devido ao caráter único da comunidade em construir relações com pessoas

de fora do quilombo por meio de indicações. Outra situação relevante foi o momento pandêmico (covid-19) que a pesquisa enfrentou durante o processo de construção. A abordagem “bola de neve” é indicada para estudar grupos difíceis de serem acessados, buscando, a partir de uma semente – informante-chave —, o caminho para as próximas entrevistas na comunidade e seguindo as indicações depois de cada entrevistado até haver saturação de informações.

Conforme a teoria, a técnica é utilizada seguindo um processo exploratório pela procura de respostas que levarão à compreensão sobre um determinado tema (44). No início da pesquisa não existia a possibilidade de grandes reuniões ou aglomerações. A técnica encaixou-se na necessidade de entrevistas individuais e o apontamento de atores necessários no perfil do objetivo da pesquisa.

A entrevista piloto foi realizada com o informante-chave, que indicou mais três pessoas, as quais indicaram outras. Ao todo conseguiu-se a indicação de 22 pessoas para serem entrevistadas. Destas, foram obtidas respostas envolvendo questões pessoais e/ou políticas (assim foi descrito nas respostas dos entrevistados). Ao concluir as entrevistas com dez atores, observou-se a saturação do tema desde o oitavo entrevistado. O contato para a realização das entrevistas foi feito individualmente com cada entrevistado, marcando-se dia, horário e lugar dos encontros. A maioria das entrevistas ocorreu no quilombo, na casa dos moradores, respeitando-se o tempo e a disponibilidade de cada um.

A entrevista semiestruturada obteve o perfil de duas lideranças jovens, duas professoras da Escola Municipal do quilombo, dois agentes comunitários de saúde, três idosos e um gestor da Prefeitura da Cidade Ocidental.

A saturação das informações foi o critério utilizado para o esgotamento das entrevistas, pois estas estavam repetitivas, tornando exaustiva a análise textual.

3.1.11 Sistematização das entrevistas

Inicialmente foi realizada a gravação dos áudios. As gravações dos áudios dos moradores foram distribuídas em três partes temáticas, seguindo o formato do roteiro inicial: (1) contextualização; (2) desenvolvimento territorial; e (3) perfil socioeconômico. A gravação do representante legislativo local foi tratada como tema único. Os temas foram preparados para serem processados pelo *software* de análise lexical Iramuteq (um *software* gratuito para análise de dados textuais), no qual foi realizada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (47), tendo como argumentação para sua utilização — “O uso de *softwares* específicos para análise de dados textuais tem sido cada vez mais presente em estudos na área de Ciências Humanas e Sociais”(47)

3.2 LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

3.2.1 Bases de dados

O levantamento dos dados relativos ao território que compõe o quilombo Mesquita foi feito por meio dos dados da Cidade Ocidental (GO), espaço oficial que fornece os serviços públicos para a população. Bases de informações oficiais como IBGE, Ministério da Agricultura, Sinan, ANA, Ipea, Pdad, Secretarias do Estado de Goiás e Datasus foram consultadas durante o processo de avaliação. A consulta gerou informações para o desenvolvimento dos textos e norteou os temas da pesquisa de campo. Cada tema pesquisado faz uma conexão com as políticas públicas que compõem a Agenda 2030 e estão presentes no território.

Quadro 4: Levantamento dos dados ODS e dos temas relacionados

ODS	Tema	Áreas	Áreas	Fontes de dados
ODS 2	Agricultura	Crescimento na região	Uso de agrotóxicos	IBGE Ministério da Agricultura e Pecuária =- Pdad

ODS 3 – saúde	Câncer Intoxicação Exogenia Saúde da população negra	Exames específicos para cobertura		Sinan Sala de situação Secretaria do Estado de Goiás E-SUS AB Sisap Sinan Secretaria do Estado do Goiás Saneago
ODS 6	Saneamento Água	Rede de esgoto Consumo de água encanada	Consumo de água tratada	ANA IVS Ipea
ODS 10 Desigualdade	Renda para a região	Características da comunidade Mesquita	Quantidade de habitantes Idade Gênero Educação	Secretaria de Estado de Goiás – Pdad IBGE

Fonte: Autora com uso do Iramutec.

3.2.2 Relação com a Agenda 2030

A princípio foi realizado um recorte que compreendeu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), um dos temas abordados nesta pesquisa. Destes foram escolhidos nas avaliações iniciais os objetivos: 2 – agricultura, 3 – saúde, 6 – saneamento e 10 – desigualdade. Conforme as entrevistas iam sendo realizadas, foi identificada a presença de outros ODS que fazem parte do capítulo de análises e conclusões. Com base nos ODS escolhidos foi estabelecido quais temas seriam coletados e quais bases de dados seriam as possíveis fontes.

3.2.3 Tratamento dos dados

O tratamento dos dados, como uma das partes mais importantes da pesquisa, respeitou o acesso à fonte de dados confiáveis e a natureza do estudo como estudo de caso de natureza descritiva, com uma linha qualitativa na qual tivemos a necessidade do acesso a dados quantitativos que apresentassem a realidade do território dentro dos temas estabelecidos.

A organização dos dados se deu com a definição dos temas e das áreas necessárias pela busca das informações. Foi necessária uma limpeza para o descarte do que não seria relevante aos dados da população, da região e da agricultura. No tratamento dos dados qualitativos foi

realizada a gravação de cada entrevista, com a transferência para a linguagem necessária ao *software* Iramutec. Por fim foi construída uma codificação para o dicionário que facilitava a leitura ao excluir erros, duplicidades e inconsistências presentes no texto.

Com os dados estruturados, foi construída uma organização entre os temas, que se tornaram corpus/categorias para facilitar o entendimento do leitor.

Quadro 5: Corpus Iramutec

Temas	Corpus gerado	Categorias	Classes
(1) Contextualização	Corpus 1	Categoria: sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> • Manifestação cultural • O uso e a perda do território • Sucessão rural • A origem • Amor às tradições • Produção rural — marmelo
(2) Desenvolvimento territorial	Corpus 2	Categoria: governamental	<ul style="list-style-type: none"> • Organização • Saúde • Regularização e saneamento

(3) Perfil socioeconômico	<i>Corpus 3</i>	Categoria: urbanização	<ul style="list-style-type: none"> • Produção da marmelada • A liberdade • Os fazendeiros • Medo • Amor às tradições
(4) Representante parlamentar local	<i>Corpus 1</i>	Categoria: liderança local	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas essenciais • Valor da terra • Relação • Diálogo • Governo GDF

Fonte: Autora.

3.2.4 Análise dos dados

Com a coleta de dados finalizada e tratada, passou-se para a análise dos resultados, que compreendeu a leitura dos dados quantitativos referentes aos temas determinados e a leitura dos resultados, assim com o uso do *software* Iramutec, considerando apontamentos do pesquisador. Os resultados foram analisados levando-se em conta os objetivos específicos, assim poderão ser apontadas informações relevantes para a tomada de decisões no que concerne às políticas públicas visando ao desenvolvimento territorial do quilombo Mesquita.

4 RESULTADOS

A análise das entrevistas submetidas ao processamento do Iramuteq possibilitou o reconhecimento dos conteúdos e dos significados referentes à fala dos entrevistados que fazem parte do quilombo Mesquita. Foram analisados quatro *corpus*, sendo três compostos pelas falas dos moradores e separados de acordo com as seguintes temáticas: (1) sensibilização — abordou aspectos da formação do quilombo; (2) governamental – abordou questões sobre políticas públicas; (3) urbanização — tratou das mudanças ambientais e estruturais realizadas e identificadas pela comunidade. O último *corpus* foi composto pela fala da liderança parlamentar

“[...] e então a gente hoje tenta manter esse vínculo familiar a gente participa das atividades culturais da comunidade como as festas tradicionais festa do marmelo pouso de folia a casa da minha mãe sempre é uma das casas que a gente está dando pouso [...].”

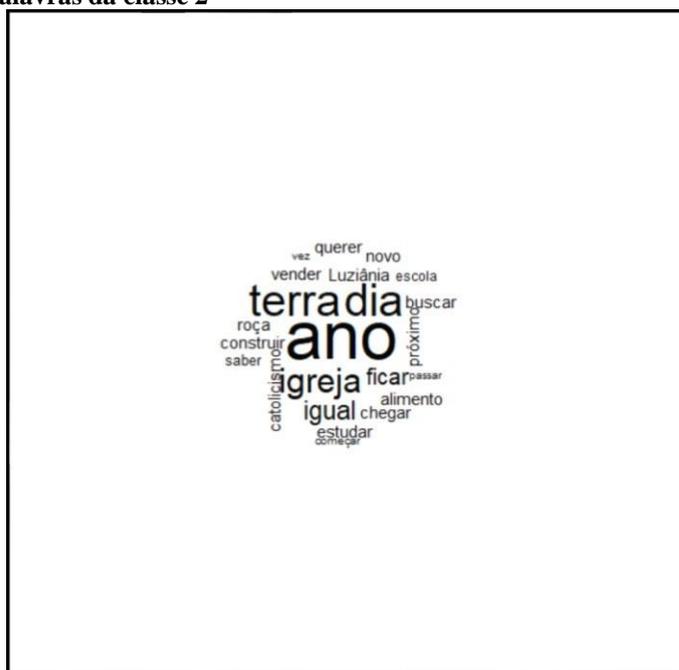
“[...] que mexe também a festa do marmelo também é a comunidade, mas vem muita pessoa que agora por conta do prefeito traz muita pessoa de fora para entrar no meio da nossa comunidade, mas nós não é de aceito [...].”

4.1.2 Classe 2 – Uso e perda do território

A classe 2 trata do uso e da perda do território considerando o contexto comunitário. O abandono da terra resulta das dificuldades de acesso às políticas essenciais, como educação, saúde e trabalho. As distâncias percorridas para ter acesso à educação, a perda de vidas por falta de assistência à saúde e as poucas oportunidades de emprego também são questões que forçam os moradores a abandonarem suas terras.

A nuvem de palavras mostra que TERRA, TEMPO e RELIGIOSIDADE são as palavras que apresentam maior peso para a construção da classe 2 (ver Figura 10).

Figura 10: Nuvem de palavras da classe 2



Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] meu irmão faleceu de choque aqui nas terras e minha mãe quis sair porque ela ficou muito abalada na época e ele somente tinha 17 anos e ela deu a terra para um senhor cuidar e ele cortou todo o marmelo da minha mãe sabe [...].”

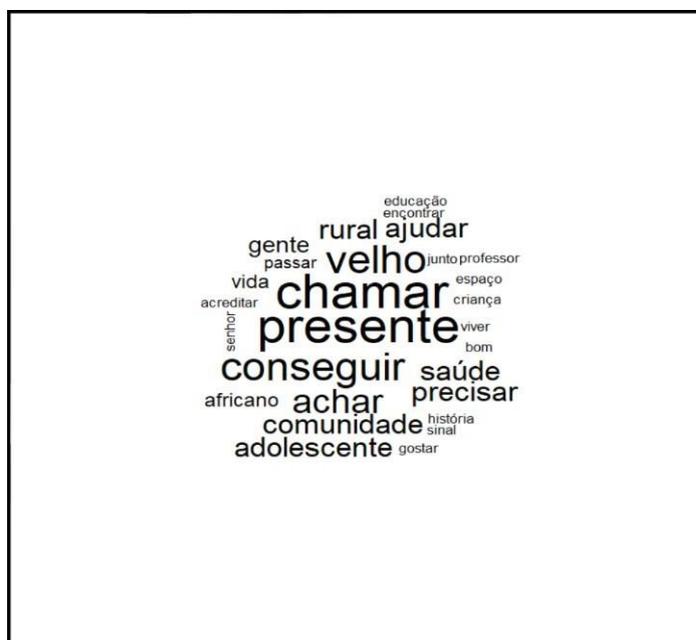
“ [...] das crianças da comunidade na época muitos anos atrás e não tinha escola a escola mais próxima era em Luziânia que para ir de carro de carroça porque naquela época era carroça ou cavalo demorava horas e horas e horas quase um dia inteiro [...].”

4.1.3 Classe 3 – Sucessão

Essa classe destaca a preocupação com as atividades ancestrais e a presença de novos moradores não quilombolas no território. A sucessão está em declínio devido à desvalorização das atividades ancestrais. Observa-se o abandono do plantio do marmelo, a invasão de novas religiões no território e a diminuição das atividades culturais.

A nuvem de palavras aponta maior incidência das palavras TEMPO, GERAÇÕES e ETÁRIAS, tendo estas mais peso na construção da classe 3 (Figura 11).

Figura 11: Nuvem de palavras da classe 3



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] esses fazendeiros que estão aqui é trazer essas outras coisas e é malefícios para a comunidade né podia muito bem a gente está no espaço rural e conseguir aliar o desenvolvimento né não precisava e está [...].”

“[...] e tem assim as pessoas mais velhas que passam essas tradições e tal já estão falecendo essa semana mesmo a gente perdeu uma das pessoas mais velhas da comunidade e aí é bastante difícil Constância né [...].”

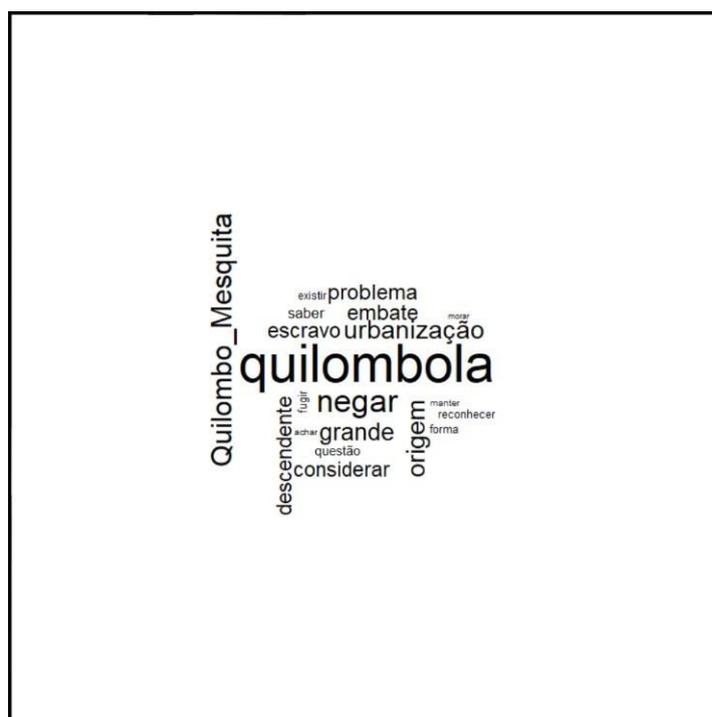
A sucessão rural é um dos impactos identificados nas entrevistas. A morosidade para a finalização de documentos cruciais para resolver as questões territoriais — Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), realizado pelo Incra, Relatório Antropológico e Relatório Agrônômico, Planta e Memorial Descritivo do Território — acarreta falta de expectativa para o futuro entre os jovens, causando a entrada de moradores não quilombolas no território. “[...] os mais velhos atualmente lá acho que é em torno de 96 anos eu acho o máximo lá agora é mais ou menos nessa média muita garotada muito nessa linha mesmo de uma comunidade rural tem adolescentes idosos adultos crianças tal [...].”

4.1.4 Classe 4 – A origem

O conteúdo da classe 4 agrupa o orgulho de ser quilombola e o amor ao território, o quanto a terra representa para a sobrevivência desse povo. A urbanização do território é uma grande preocupação, pois a movimentação de pessoas não quilombolas no território e os interesses da administração pública estão construindo um comportamento entre os moradores em não se reconhecerem como quilombolas, tornando os laços frágeis, dividindo o grupo e enfraquecendo a busca pela regularização da terra.

A nuvem de palavras expõe a força da palavra QUILOMBOLA (Figura 12).

Figura 12: Nuvem de palavras da classe 4



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Nas falas dos entrevistados existem relatos de troca de favores entre prefeitura e morador, como a oferta de empregos públicos na prefeitura, destacando se:

“[...] e aí essas pessoas aqui do quilombo elas é meio que ganham um cargo comissionado nessa administração e começa a negar as origens né e isso é um grande problema sabe [...].”

“[...] a questão da urbanização das pessoas não se reconhecerem como quilombolas né é por ter essa influência da do outro de fora o grande problema aqui é porque administração pública daqui são pessoas contra o quilombo né [...].”

“[...] tem uma grande divisão na comunidade e aí as pessoas que se consideram quilombolas são as que mantêm a tradição e as que não se consideram se aliam às pessoas de fora os brancos esses ruralistas e aí existe esse embate sabe [...].”

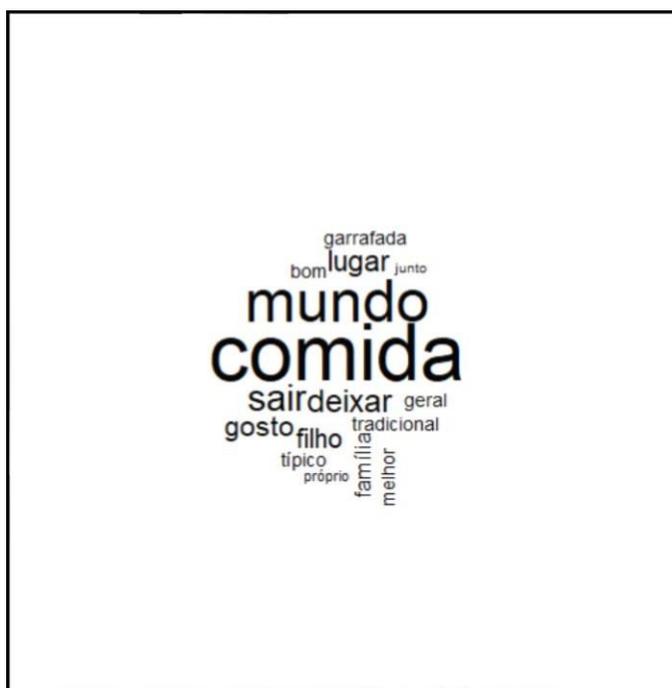
4.1.5 Classe 5 – Amor às tradições

A classe número 5 está distante das classes 4 e 3. Esta classe fala sobre o amor e as tradições, com os entrevistados demonstrando uma conexão com o espaço em que vivem e com as tradições que mantêm. Itens como a água, a comida, a vegetação e a possibilidade de criar

seus filhos em um lugar com memória e afetividade é característica de uma força entre os entrevistados.

A nuvem de palavras identifica quais palavras tiveram mais peso na construção da classe 5 (Figura 13).

Figura 13: Nuvem de palavras da classe 5



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] então assim eu gosto daqui a comida daqui é muito boa a água daqui é a melhor do mundo eu posso eu já rodei muitos lugares e para mim a melhor água é a daqui que não tem nada é somente a água do poço onde eu tiro e bebo [...]”

“[...] as comidas, melhor coisa que tem todo mundo aqui todas as famílias têm aquela pessoa que cozinha muito bem tem aquelas coisas que a minha bisavó fazia e ainda tem filha neta bisneta que faz essa comida e é muito boa [...]”

A fala do entrevistado trouxe a memória afetiva com o território, a valorização do espaço por intermédio dos meios naturais que proporcionam a promoção e a manutenção da vida, como o acesso à fonte de água natural e a tradição da alimentação cultivada entre as famílias.

4.1.6 Classe 6 – Produção rural — marmelo

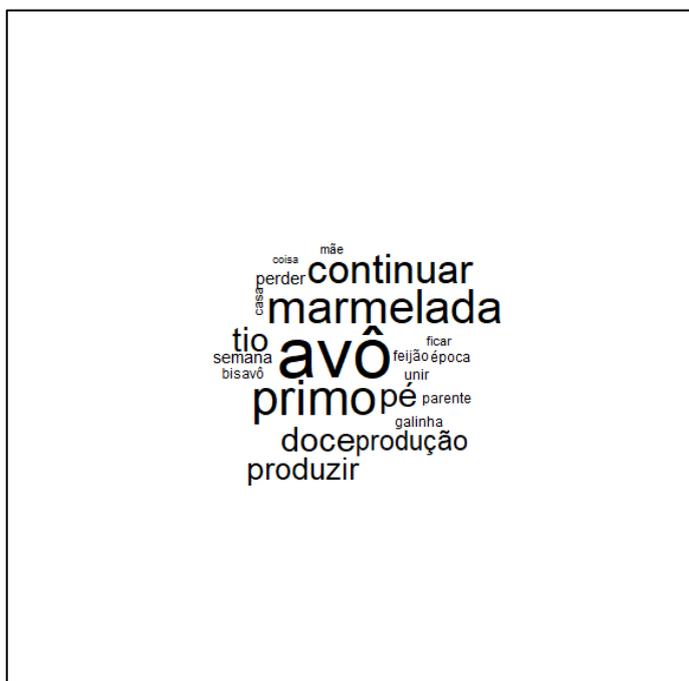
A classe número 6 está relacionada com todas as classes e apresenta o valor econômico e cultural do marmelo para a comunidade. Apesar do declínio em sua produção como consequência da plantação de outras culturas, pelo abandono das terras ou pelas dificuldades na comercialização do doce, o marmelo ainda representa um elo entre os moradores.

O marmelo é símbolo de geração de renda e cultura para os Mesquitas. Existe uma festa da comunidade dedicada à colheita do marmelo, e sua expressividade é identificada em todas as falas.

A produção do marmelo está em declínio, poucas famílias ainda o plantam, mas a expressividade do bioproduto é identificada nas falas dos entrevistados.

A nuvem de palavras expressa que a família também é muito valorizada quando o tema é produção agrícola (Figura 14).

Figura 14 Nuvem de palavras da classe 6



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] essas festas ainda continuam, mas assim na minha época existia uma grande produção de marmelada aqui meu vô ele produzia muita marmelada ele é ele cultivava muito marmelo tinha mais de 200 pés de marmelo [...]”

“[...] o irmão aí tem um tio dela que produz o resto são fazendeiros grandes fazendeiros que que moram na comunidade que que começou a produzir a marmelada, porém que não é pessoas daqui sabe [...].”

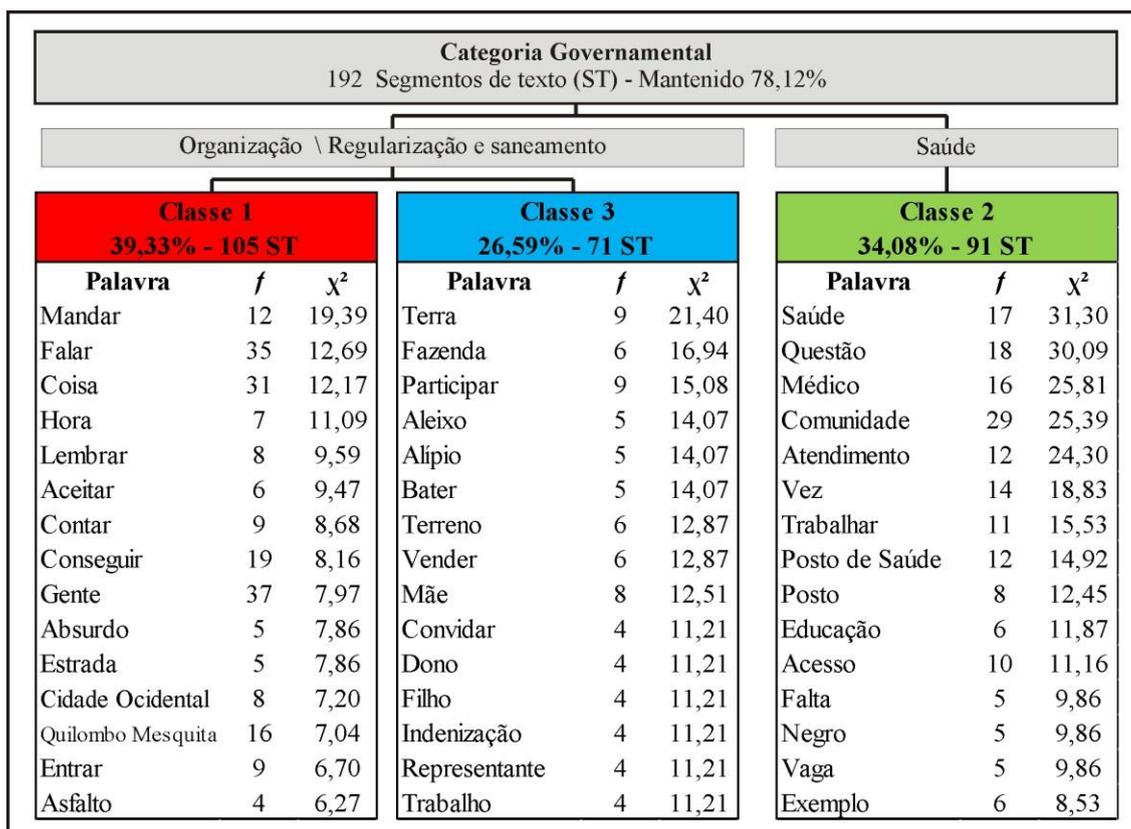
Os moradores praticam suas tradições. A água, a comida, a vegetação e a possibilidade de criar seus filhos em um lugar com memória e afetividade são itens que unem fortemente os entrevistados.

4.2 CORPUS 2 — CATEGORIA: GOVERNAMENTAL

O *corpus* governamental gerou três classes que tratam das políticas públicas outorgadas, ou que deveriam ser. Estas estão basicamente relacionadas à organização do território no que diz respeito à mobilidade, aos serviços de saúde, à regularização fundiária e ao serviço e à infraestrutura de saneamento.

Neste *corpus*, a apresentação do dendrograma na Figura 15 continua o desenho das relações entre as classes e indica o percentual de Seguimento de Texto (ST) de cada uma delas em relação ao conjunto de ST mantido na análise. Pelo dendrograma podemos verificar as relações construídas entre as classes (Figura 15).

Figura 15: Dendrograma de representação das classes governamentais



“[...] na delegacia quando a gente vai lá fazer alguma denúncia quando sabe que é coisa daqui do quilombo mesquita que é coisa nossa ele não o delegado até manda sair da sala aqui é desse jeito [...]”

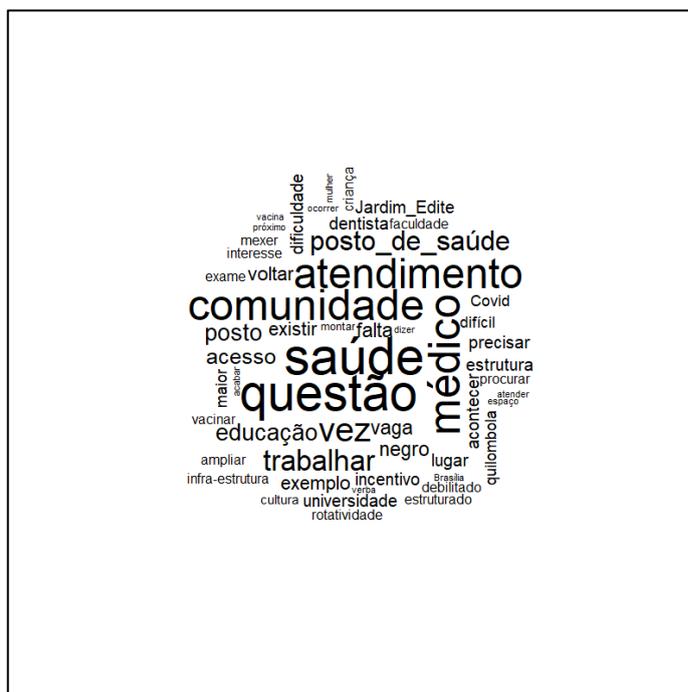
O interesse político na região é reconhecido pelos entrevistados, mas em termos de políticas públicas os moradores são negligenciados, não há cobertura para as mais básicas de suas necessidades.

4.2.2 Classe 2 – Saúde

Segundo os entrevistados, o atendimento médico realizado no posto de saúde é deficiente em razão de os cuidados médicos dispensados pelos profissionais não estarem alinhados com as indicações do SUS em relação à vulnerabilidade das pessoas negras a certas situações e doenças, tais como: homicídios, anemia falciforme, doença hipertensiva, desnutrição, doenças infecciosas e parasitárias, tuberculose e outras.

Pela nuvem de palavras pode-se verificar que ATENDIMENTO e SAÚDE, relacionando os cuidados médicos à comunidade, tiveram mais peso na construção da classe 1 (Figura 17).

Figura 17: Nuvem de palavras da classe 2



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

O espaço físico do posto e a verba destinada à manutenção dos profissionais é insuficiente para atender às demandas segundo os entrevistados. As vagas de atendimento são muito poucas, além de serem atendidas também pessoas que não pertencem à comunidade, gerando filas e esperas. Políticas específicas de assistência à saúde negra não foram apontadas pelos profissionais entrevistados.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] então quando ele chega aqui ele já está lotado assim e esse é um dos problemas na saúde a gente não tem uma política voltada pra questão quilombola tanto que na época da vacina da covid foi uma briga [...]”

Os entrevistados também explicam a carência nos serviços e a dificuldade de acessar a Ride DF para ter direito às políticas públicas. Um exemplo disso foi uma ação articulada por uma liderança — negociou o atendimento médico para as mulheres do quilombo por meio do projeto itinerante Mais Sesc na Secretaria da Mulher GDF; a proposta era realizar exames preventivos gratuitos para as mulheres. Houve um alinhamento prévio da Secretaria da Mulher do GDF para o atendimento da carreta ser realizado no quilombo, mas no dia marcado os exames não puderam ser realizados porque a Secretaria não havia autorizado o acesso ao território (Cidade Ocidental). Por conseguinte, a assistência foi concretizada na cidade satélite do Jardim ABC, no bairro Barreiro, próximo ao quilombo Mesquita.

O conteúdo que representa a fala:

“[...] liderança local tentou assim fazer um atendimento igual agora tem uma carreta das mulheres teve somente teve que sair daqui pra ir lá pro Barreiro, contudo nós conseguimos nós que é dá saúde trazer os exames pra cá e a médica ver né [...]”

4.2.3 Classe 3 – Regularização e saneamento

A regularização da terra e a implantação do saneamento básico apareceram ligados. A

A exploração da terra é uma questão grave. Por várias vezes a comunidade perdeu sua biodiversidade, pois teve por meio da Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás(Semarh/GO) autorização da exploração da madeira para empresas da região. Nessa fala

o entrevistado está se referindo à concessão da licença de exploração florestal de 84 hectares da área reivindicada pelos quilombolas de Mesquita. A licença autorizou a Taquari Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., de propriedade de Marcos Pereira Lombardi e Fernando Gontijo a explorar a região.

4.3 *CORPUS* 3 – CATEGORIA: URBANIZAÇÃO

O *corpus* urbanização trouxe dos entrevistados a geração de seis classes. Aqui são tratadas as questões relacionadas à identidade, ao Ser quilombola no território, à participação nos eventos culturais que unem a comunidade, ao uso e à perda do território, além da sucessão rural, tema que se refere à dificuldade de manter as gerações mais jovens engajadas nas tradições culturais quilombolas.

A apresentação do dendrograma na Figura 18 traz as relações entre as classes, estabelecendo as ligações entre os elementos subjetivos que estão associados ao impacto do processo de urbanização na vida e no ser quilombola. Os conflitos pela regularização fundiária trazem medo e tensão aos quilombolas, que se veem compelidos a sair do lugar. As iniciativas de estruturar o território para moradia e o consequente estabelecimento das famílias quilombolas são ameaçadas pela expansão da ocupação capitalista do espaço, com os condomínios de classe média atuando para tirar os moradores originais.

Ao se observar o dendrograma, constatam-se as relações construídas entre as classes (Figura 19).

Figura 19: Dendrograma de representação das classes da categoria urbanização

Categoria Urbanização 218 Segmentos de texto (ST) - Mantenido 78,14%														
Medo \ A Liberdade			Os Fazendeiros			Amor as tradições			Produção da Marmelada					
Classe 4 22,97% - 133 ST			Classe 2 17,96% - 104 ST			Classe 3 15,03% - 87 ST			Classe 5 19,86% - 115 ST			Classe 1 24,18% - 140 ST		
Palavra	f	χ^2	Palavra	f	χ^2	Palavra	f	χ^2	Palavra	f	χ^2	Palavra	f	χ^2
Plantar	39	142,3	Trabalhar	17	43,96	Aprender	11	25,07	Entender	28	79,51	Falar	41	33,61
Milho	23	54,95	Território	16	40,15	Tranquilo	9	21,95	Comparar	12	69,3	Projeto	30	27,92
Terra	16	46,55	Espaço	15	39,57	Parte	15	20,25	Animal	14	67,69	Negócio	9	20,32
Chuva	15	42,27	Encontro	10	35,56	Tempo	15	16,99	Vender	11	63,41	Parecer	6	19,01
Tratorio	8	37,05	Pessoal	15	33,55	Acesso	5	16,91	Planta	17	48,1	Construir	9	17,26
Area	12	32,92	Legal	12	31,43	Tecnologia	5	16,91	Comer	6	34,29	Olhar	22	16,25
Crioulo	7	22,2	Comunidade	9	27,04	Mesmo	25	16,46	Lado	6	34,29	Dizer	24	15,97
Equipamento	4	18,4	Achar	54	26,79	Né	93	15,35	Praga	5	28,52	Pergunta	5	15,82
Insumo	4	18,4	Apresentar	6	24,46	Acontecer	20	14,55	Alimento	4	22,78	Ver	33	15,44
Máquina	4	18,4	Mulher	6	24,46	Bolsista	10	14,53	Criação	4	22,78	Adesão	6	14,64
Hora	6	17,91	Velho	6	24,46	Aprendizado	4	13,51	Identidade	4	22,78	Fase	6	14,64
Material	5	17,58	Viveiro	10	21,19	Tomar	4	13,51	Pacote	4	22,78	Fiocruz	6	14,64
Levar	7	15,87	Intervenção	5	20,35	Criança	8	13,22	Alface	5	22,16	Participação	7	14,33
Mão	6	14,72	Manutenção	5	20,35	Ano	7	12,72	Valor	5	22,16	Expectativa	15	12,63
Massa	6	14,72	Curso	8	19,69	Técnico	7	12,72	Criar	7	18	Cidadão	4	12,63
Orgânico	6	14,72	Escutar	6	19,31	Conhecimento	7	12,72	Água	9	17,8	Executar	4	12,63

Fonte: Autora com uso do Iramutec.

4.3.1 Classe 1 – Produção da marmelada

A produção de marmelada como um doce típico do quilombo é um símbolo da cultura passado entre gerações, mas é uma preocupação. A urbanização vem provocando mudanças no plantio, na receita, no modo de fazer o doce e na embalagem. Na nuvem de palavras pode ser observado que a festa da marmelada, além de expressão cultural, representa uma base de resistência da comunidade à mudança estrutural provocada pela urbanização (Figura 20).

Figura 20 Nuvem de palavras da classe 1



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

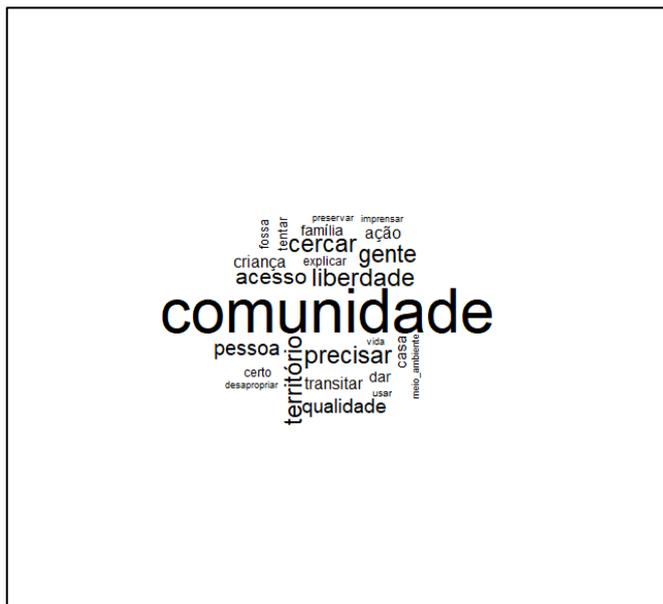
“[...] então você, tem digamos a mesma marmelada, a mesma caixeta, contudo o processo muda, exemplo eu usava mais o açúcar que eles chamavam açúcar de agora eu não lembro exatamente [...].”

“[...] mas digamos a marmelada continua a mesma estrutura, mesmo sabor, a receita é a mesma. dá alteração por exemplo na tonalidade de cor por exemplo muda [...].”

4.3.2 Classe 2 – A liberdade

A classe 2 está relacionada à liberdade para o uso da terra pela comunidade, o uso da água e dos espaços, para praticar os festejos e transitar nas terras que compreendem o quilombo. Atualmente, a presença de cercas e muros entre os moradores limita sua circulação. Foi relatado nas entrevistas que o deslocamento de pessoas não quilombolas para o território provocou muita insegurança na comunidade. Na nuvem de palavras pode ser constatado quais palavras tiveram mais peso. Percebe-se que a comunidade perdeu a liberdade de ir e vir, porque a circulação pelos lugares— casas de outras famílias, espaços coletivos de convivência, por exemplo — foi dificultada pela obstrução provocada pelas cercas (Figura. 21).

Figura 21: Nuvem de palavras da classe 2



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] porque quando eu era criança ele tinha muitos lugares que a gente tomava banho que era seguro, a gente tinha água de qualidade. Muitas pessoas lá na comunidade tinham acesso à água que lá na comunidade tem as minhas né [...]”

“[...] transitando pelo território livremente e hoje não. A gente não tem mais essa liberdade porque a gente vai se deparar com a cerca, então as pessoas acabaram criando esse individualismo [...]”

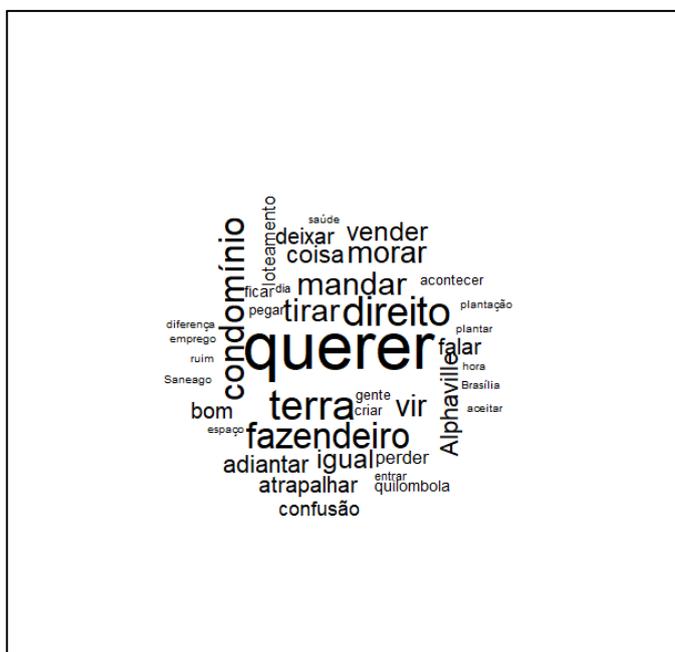
4.3.3 Classe 3 – Os fazendeiros

A classe 3 traz o seguimento de palavras que mais representa a pesquisa — o sentimento da comunidade com a presença dos fazendeiros e com o crescimento dos condomínios ao redor do quilombo. Os entrevistados acreditam que estão ficando imprensados entre os condomínios e estão percebendo o impacto das plantações em monoculturas, a violência da movimentação

de pessoas não quilombolas e, por fim, a construção de condomínios nas terras.

Pela nuvem de palavras pode-se perceber a perda dos direitos dos quilombolas às suas terras como resultado da ação articulada de proprietários de terra visando ao plantio de monocultura com a empresa administradora de condomínios Alphaville Brasília-DF, que é o maior projeto da Alphaville Urbanismo em todo o Brasil. Apesar do nome, o condomínio situa-se na Rodovia DF-140, km 13-5, Cidade Ocidental. A outra empresa é a Divitex Pericumã – cujos sócios são o ex-presidente José Sarney e o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que estariam, segundo Sandra Braga (líder comunitária do quilombo) informou na entrevista à BBC em 2018, interessados em construir condomínios de luxo no território.² (Figura 22).

Figura 22: Nuvem de palavras da classe 3



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

² <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44570778>

Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/os-socios-de-sarney-na-pericumã>

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] mas nós, nas terras e muitos fazendeiros que não é daqui acha que tem direitos né, aí quer fazer coisas, plantações que acaba atrapalhando até a saúde da gente é muitos venenos né [...]”

“[...] ainda não está bom. Mas em contrapartida, nós tivemos todos esses pontos negativos, esse impacto, fora a especulação imobiliária porque é direto os fazendeiros comprando terras lá na comunidade querendo construir condomínios para poder né [...]”

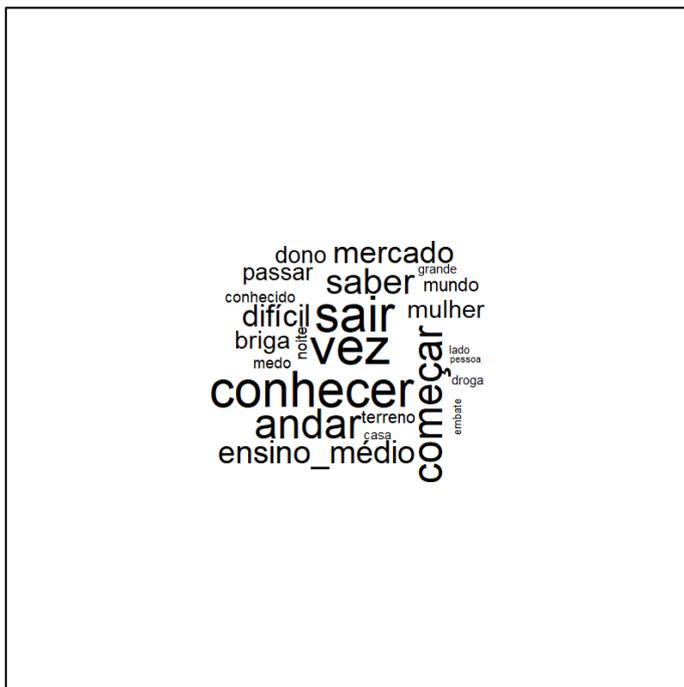
“[...] eu percebo uma mudança drástica, porque o quilombo Mesquita está sendo imprensado aqui dentro, ele cada vez está ficando menor, cada vez está perdendo mais o nosso direito de terra porque assim são os condomínios vêm né [...]”

4.3.4 Classe 4 – O medo

A classe 4 refere-se a quanto a falta de segurança tem aumentado no quilombo. Os moradores deslocam-se com medo e receiam deixar suas casas abertas. A presença de estranhos, na visão dos entrevistados, leva a violência ao território. É a acirrada disputa pela terra que prejudica a oferta de políticas públicas, pois são elas que podem promover o desenvolvimento.

Na nuvem de palavras pode-se verificar que transitar pela comunidade tem sido difícil, principalmente para as mulheres, pois não há mais confiança entre os membros da comunidade (Figura 23).

Figura 23: Nuvem de palavras da classe 4



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] e é muito embate sabe, por questões políticas. Porque essas pessoas que estão no poder tem terra dentro do quilombo, já estão cientes que vão ter que sair e aí começam esses embates sabe, é bem difícil [...].”

“[...] tem violência chegando porque na comunidade todo mundo se conhecia, então as pessoas saíam e deixavam as casas abertas. Todo mundo confiava em todo mundo e a partir do momento que chega pessoas novas as pessoas passam a se retrair [...].”

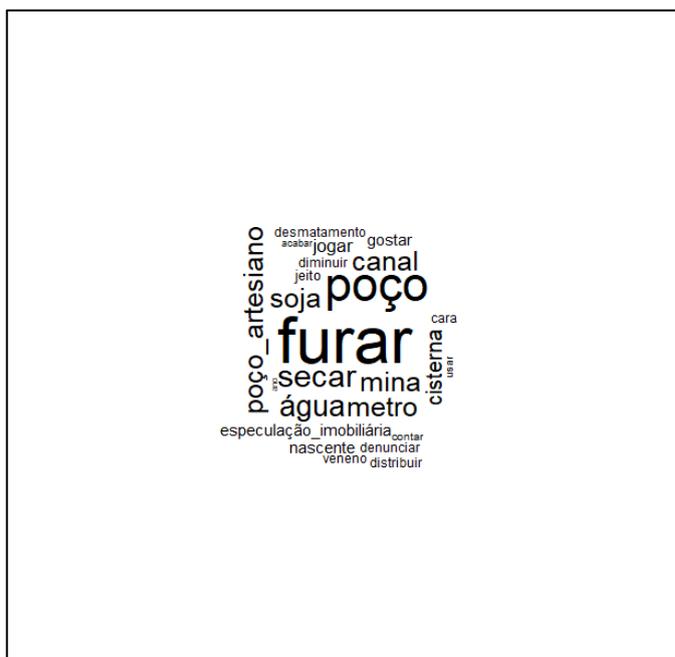
“[...] é muito difícil sabe, é assim aqui tem muitos adolescentes e são adolescentes sem muita perspectiva e não tem política pública, as pessoas terminam o ensino médio e as mulheres geralmente vão ser dona de casa [...].”

4.3.5 Classe 5 – Amor às tradições

A última classe deste *corpus* trata da demonstração de afetividade com o espaço no qual vivem os entrevistados — a água, a comida, a vegetação e a possibilidade de criar seus filhos em um lugar com memória. A afetividade proporciona uma ligação dos quilombolas com o espaço. Mas a exploração da terra vem diminuindo os recursos naturais, antes abundantes.

Na nuvem de palavras pode-se constatar a presença de palavras como FURAR e SECAR — é a busca de água que cada vez fica mais escassa como consequência do desmatamento e da contaminação pelos agrotóxicos utilizados na monocultura (Figura 24).

Figura 24: Nuvem de palavras da classe 5



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:
 “[...] então assim eu gosto daqui a comida daqui é muito boa a água daqui é a melhor do mundo eu posso eu já rodei muitos lugares e para mim a melhor água é a daqui que não tem nada é

somente a água do poço onde eu tiro e bebo [...].”

“[...] as comidas, melhor coisa que tem todo mundo aqui todas as famílias têm aquela pessoa que cozinha muito bem tem aquelas coisas que a minha bisavó fazia e ainda tem filha neta bisneta que faz essa comida e é muito boa [...].”

4.4 CATEGORIA: REPRESENTANTE PARLAMENTAR LOCAL

O último *corpus* avaliado vem da conversa com um representante parlamentar local, vereador pela Cidade Ocidental. O parlamentar é natural de Brasília, foi conselheiro tutelar na Cidade Ocidental e está em seu segundo mandato como vereador, ocupando um cargo na Mesa Diretora da Câmara. É um dos poucos parlamentares que se relacionam com o quilombo Mesquita. A análise gerou cinco classes: 1 — políticas essenciais; 2 — comunidade; 3 — relação; 4 — diálogo; e 5 — governo GDF.

Pelo dendrograma pode-se observar as relações construídas entre as classes (Figura 25).

Figura 25: Dendrograma de representação das classes — liderança parlamentar local

Categoria: Representante Parlamentar Local 111 Segmentos de texto (ST) - Mantido 73,51%					
Governo e GDF		Comunidade \ Diálogo		Políticas Essências \ Relação	
Classe 5 23,42% - 26 ST		Classe 2 23,42% - 26 ST		Classe 4 16,22% - 18 ST	
Palavra	f	χ^2	Palavra	f	χ^2
Governador DF	5	17,12	Acabar	9	23,21
Briga	8	16,55	Família	9	23,21
Comprar	4	13,57	Local	13	21,38
Vaidade	4	13,57	Comunidade	6	16,16
Região	7	13,29	Tamanho	4	13,57
Acreditar	5	12,69	Quilombo	6	12,79
Querer	10	12,37	Conhecer	3	10,08
Entrar	8	10,16	Empresário	3	10,08
Governador GO	3	10,08	Liderança local	6	8,20
R. Metropolitana	3	10,08	Prefeito	5	7,34
Entomiar	5	9,60	Terra	4	6,61
Demanda	4	9,34	Certo	3	6,15
Dizer	3	3,91	Exemplo	3	6,15
Achar	6	3,37	Existir	3	6,15
Importante	2	3,21	Lugar	3	6,15
Palavra	f	χ^2	Palavra	f	χ^2
Saber	9	38,68	Parte	7	32,24
Lembrar	2	5,78	Chácara	2	5,78
Senhor	2	5,78	Votar	2	5,78
Falar	6	3,98	Falar	6	3,98
Cuidar	2	3,49	Rir	2	3,49
Ficar	2	3,49	Ficar	2	3,49
Liderança local	3	1,54	Área	1	0,67
Casa	1	0,67	Sair	1	0,67
Amigo	1	0,67	Amigo	1	0,67
Palavra	f	χ^2	Palavra	f	χ^2
Saúde	6	32,77	Cidade	7	23,40
Transporte	6	32,77	Diferente	5	20,03
Educação	5	27,05	Brasília	6	19,21
Questão	11	21,34	Cultura	4	15,88
Problema	6	18,35	Engano	3	11,80
Estado	3	15,93	Construir	5	11,69
Melhorar	3	15,93	Pessoal	4	11,20
Recurso	3	15,93	Gente	6	8,50
Parecer	4	15,68	Nir	5	4,55
Hospital	3	10,55	Coisa	7	4,32
Segurança	3	10,55	Colocar	2	3,96
Município	5	9,23	Cidade Ocidental	2	3,96
Escola	2	5,78	Precisar	2	3,96
Posto de Saúde	2	5,78	Área	2	3,96
Resolver	2	5,78	Forma	2	3,96

Fonte: Autora com uso do Iramutec.

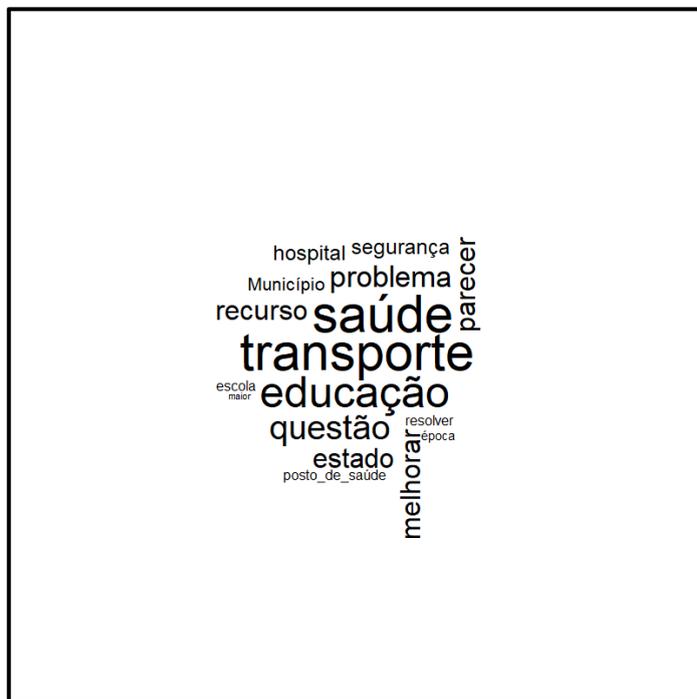
O dendrograma de representação das classes foi fruto da conversa com uma liderança parlamentar local. Nele estão estabelecidas as relações entre as classes para formar as metaclasses. A primeira trata do diálogo entre a comunidade e o GDF, a segunda aborda as políticas públicas necessárias.

4.4.1 Classe 1 — Políticas essenciais

A classe 1 comunica que a realidade econômica da Cidade Ocidental é bem diferente da do Distrito Federal. Essa situação foi levantada pelo entrevistado quando trouxe a relação econômica com a cidade vizinha, a relação com a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) e com o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. A Cidade Ocidental, mesmo fazendo parte da região integrada a Brasília, considera o vínculo com a capital muito fraco em termos de ações, proporcionando a reprovação dessa política. Trata-se da atração que Brasília exerce sobre as demais cidades da Ride e da carência de serviços de educação, saúde, transporte, segurança e outros. A Cidade Ocidental espera que o Governo do Distrito Federal construa ações que neutralizem todas essas carências da população quilombola.

Pela nuvem de palavras pode-se inferir que o tema serviços públicos foi o que teve o maior peso na construção da classe 1 (Figura 26).

Figura 26: Nuvem de palavras da classe 1



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] isso aqui e acabou que ia resolver o problema do Distrito Federal porque com esse recurso ia construir hospital, o transporte ia melhorar, a educação ia melhorar, a segurança ia ser integrada e já foi no passado [...].”

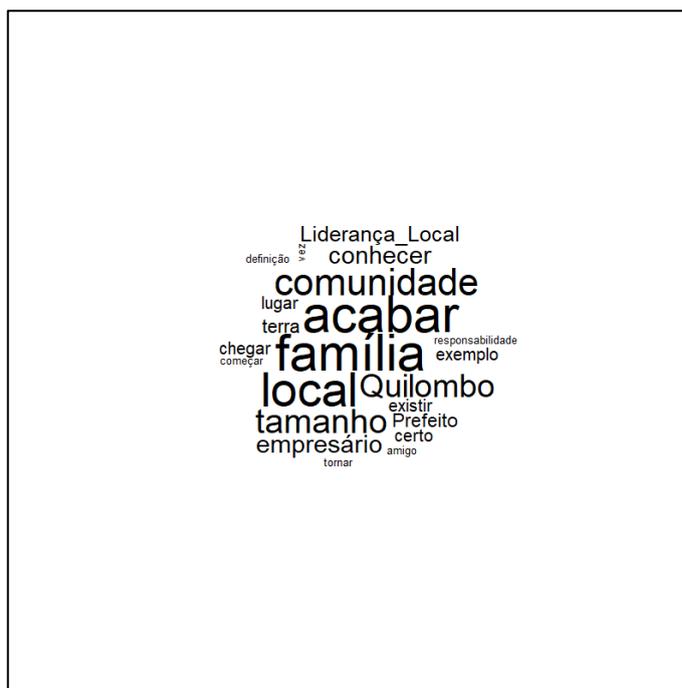
“[...] saúde e o transporte é o nosso maior problema aqui, é o transporte o transporte e a saúde [...].”

4.4.2 Classe 2 – Comunidade

Nesta classe o entrevistado abordou a disputa pela terra que os quilombolas vêm enfrentando com os grileiros e a briga pelo reconhecimento das terras no Incra, bem como os impactos que essas contendas causam ao território.

Pela nuvem de palavras verifica-se que o parlamentar entrevistado aborda o conflito e os atores conflagrados na disputa pela terra, alertando para uma proximidade do poder público local com os interesses empresariais (Figura 27).

Figura 27: Nuvem de palavras da classe 2



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] e aí a briga é justamente por isso, é o tamanho que o quilombo reivindicou e o tamanho que alguns empresários donos de terra naquele local e o prefeito querem que seja, aí existe a família da (cita morador) e existe os outros familiares [...]”

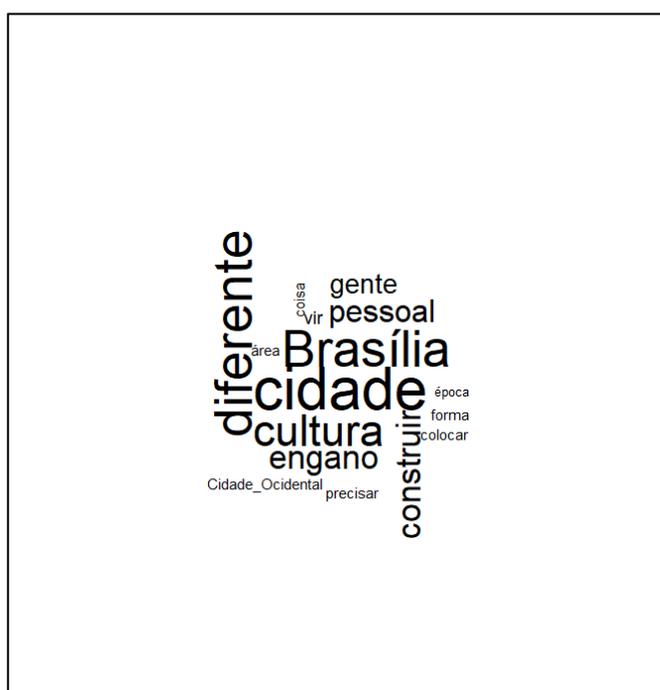
“[...] então enquanto não haver essa definição acaba que as pessoas ficam prejudicado né e os interesses especulatório né, por exemplo se for demarcada o tanto que é para demarcar o prefeito tem terra dentro daquele local, ele tem e os empresários também tem terra ali [...]”

4.4.3 Classe 3 — Relação

Para a classe 3, o entrevistado trouxe a relação econômica com as cidades vizinhas — a massa de trabalhadores da Cidade Ocidental que migra diariamente para prestar serviços em Brasília.

A nuvem de palavras mostra que foram tratados os temas relacionados à gentrificação,³ processo de segregação socioespacial vivenciado em áreas urbanas, caracterizado pela valorização acentuada de determinada área, classe 3 (Figura 28).

Figura 28: Nuvem de palavras da classe 3



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

³O termo gentrificação é a versão aportuguesada de *gentrification* (de *gentry*, “pequena nobreza”), conceito criado pela socióloga britânica Ruth Glass (1912-1990) em *London: aspects of change* (1964) para descrever e analisar transformações observadas em diversos bairros operários em Londres.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] porém como é no meio político eu falo isso porque assim desde pequeno quando a gente morava aqui porque essas cidades do entorno principalmente a Cidade Ocidental ela foi construída pelo funcionário público de Brasília [...]”

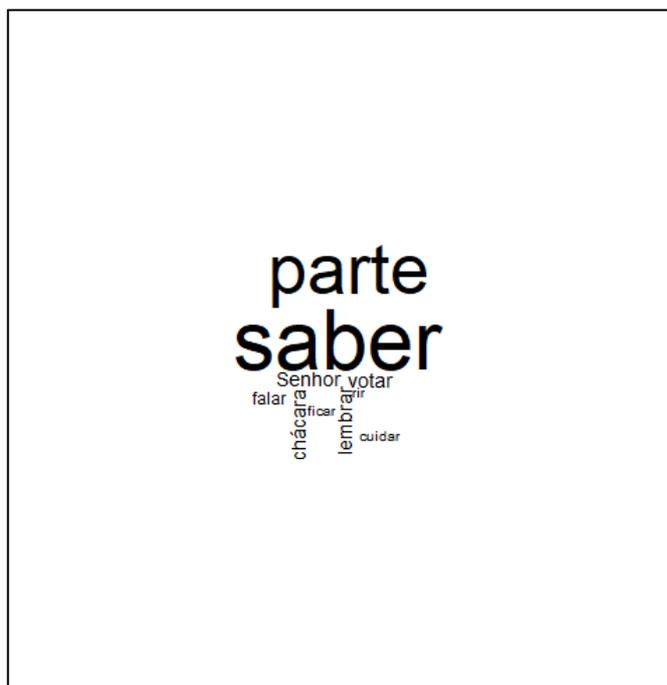
“[...] juntando com mais 2 milhões são 4 milhões e Brasília não comporta isso já passou do limite, uma cidade que foi construída para um milhão tem seus problemas para lá e que são gigantescos [...]”

4.4.4 Classe 4 — Diálogo

A precária comunicação entre o quilombo e a Prefeitura é um problema identificado e relatado entre os moradores. A comunidade não dispõe de um canal de diálogo aberto com a Prefeitura. As consultas públicas são pouco divulgadas, e os moradores não confiam nelas.

Por meio da nuvem de palavras pode-se verificar quais palavras tiveram mais peso na construção da classe 4 (Figura 29).

Figura 29: Nuvem de palavras da classe 4



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe destacam-se:

“[...] consulta pública que eu me que eu saiba não foi feito a consulta nem plebiscito e nem nada foi aqui votada assim eu não me lembro deles terem feito alguma audiência pública nesse sentido [...]”

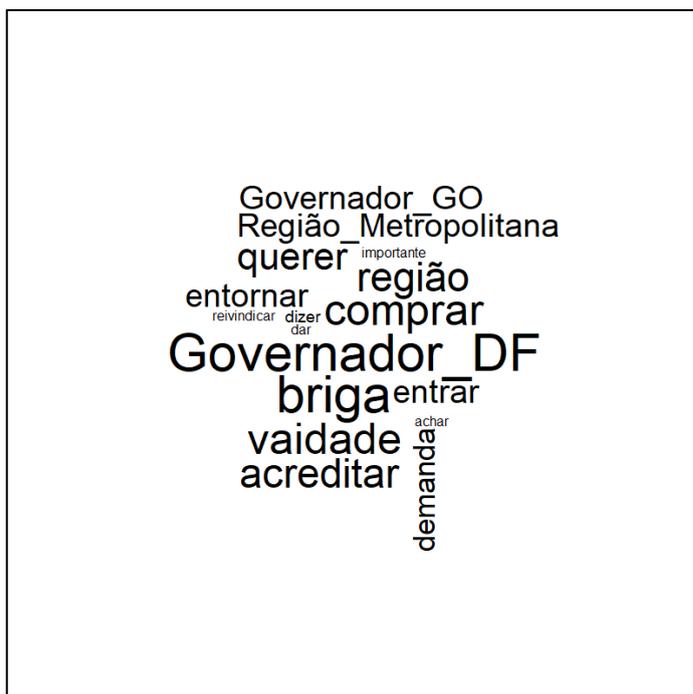
“[...] para que as partes cuidem mais naquele lugar cuide mais porque ali tem nascentes importantes tem córregos ali que a água é uma maravilha eles dependem daquela água porque aquela água corta várias chácaras [...]”

4.4.5 Classe 5 — Governo e GDF

A classe 5 fecha esta análise, apresentando-se como a classe com mais preocupação para este *corpus*. Os entrevistados revelaram o quanto a vaidade política dos governantes pode atrasar o desenvolvimento. A Ride DF precisa de um alinhamento entre os governadores para aplicar ações de desenvolvimento, e este só se aplica com base em interesses mútuos, que não contemplam o bem-estar dos quilombolas.

Está claro na nuvem de palavras a preocupação do parlamentar com o relacionamento entre os governos estadual e distrital, que não mantêm um bom entendimento no que diz respeito à implementação de políticas de desenvolvimento para a região, classe 5 (Figura 30).

Figura 30: Nuvem de palavras da classe 5



Fonte: Autora com uso do Iramutec.

Entre os seguimentos de texto que representam o conteúdo desta classe, destacam-se:

“[...] acredito que o Ibaneis teve essa visão eu acho louvável para isso porque assim o único que de fato comprou uma briga e olhou para essa região aqui e foi ele, eu entrei para entender um pouco a Ride [...].”

“[...] que o Ibaneis chegou a comprar um vagão VLT, entrou dentro do vagão e falando que ia fazer e tal, que isso ia resolver. Por vaidade o Caiado não deixou, então quer dizer: a gente tem alguns problemas na questão [...].”

“[...] a vaidade política e o interesse político vaidade política porque não foi o caiado que fez e porque foi Ibaneis que fez igual a questão do VLT aqui, que era o veículo leve sobre trilho [...].”

5 DISCUSSÕES

5.1 METACATEGORIAS

Nesta etapa foram construídas as discussões com base nas informações apresentadas: as entrevistas, os resultados do Iramutec e as análises dos *corpus*/categorias. A metacategoria, que compreende a relação entre as categorias, traz os elementos que nos ajudaram a responder as questões de pesquisa que foram transformadas nos objetivos específicos.

As metas categorias foram nomeadas de 1) resiliência, pertencimento e identidade; 2) território em fluxos e fixos; 3) espaço, território. tradições e direito; assim, foram dados temas para cada metacategoria construída (Quadro 6).

Quadro 6: Metacategorias

3.2 Objetivos específicos	Categorias — Conteúdos das entrevistas				
	Metacategorias	Sensibilização	Governamental	Urbanização	Liderança
Identificar os problemas mais latentes que o processo de urbanização da região coloca para a manutenção do quilombo no território (ameaça.)	Resiliência, pertencimento e identidade Classe 1: manifestação cultural Classe 5: sensibilização — amor às tradições Classe 6: produção rural — marmelo	Classe 1 – manifestação cultural Classe 3 – sucessão Classe 5 – amor às tradições Classe 6 – produção rural — marmelo		Classe 1 – produção de marmelada Classe 2 – a liberdade Classe 3 — os fazendeiros	Classe 2 – comunidade Classe 3 — relação
Reconhecer nas metas da Agenda 2030 dos ODS os fatores ou as fragilidades que afetam o território, partindo do ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis.	Território em fluxos e fixos Sensibilização Classe 2: uso e perda do território Classe 5: amor às tradições Liderança Classe 3 — relação Governo Classe 1 – organização Classe 2 – saúde Classe 3 – saneamento	Classe 2 – uso e perda do território	Classe 1 – organização Classe 2 – saúde Classe 3 – regularização e saneamento	Classe 5 – amor às tradições	Classe 3 — relação
Identificar a atuação da gestão pública no processo de mudanças no território que proporcione a permanência da comunidade.	Espaço, território, tradições e direito, governo Classe 3: regularização e saneamento Liderança Classe 4: diálogo	Classe 4 – a origem	Classe 2 – saúde Classe 3 – regularização e saneamento	Classe 4 – medo	Classe 1 - políticas essenciais Classe 4 - diálogo Classe 5 - governo GDF

Fonte: Autora.

5.2 OS PROBLEMAS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO QUILOMBO NO TERRITÓRIO: AS AMEAÇAS ÀS TRADIÇÕES

A urbanização é uma ação do Estado sempre associada à ideia de desenvolvimento do território. No entanto, o processo de construção das mudanças tem sido limitador quando se trata da democracia e da participação territorial. Os entrevistados do quilombo Mesquita apresentaram o quanto as grandes plantações e as construções de condomínios estão impactando

negativamente a permanência da população e ameaçando as tradições. É visível o quanto as mudanças territoriais estão intimidando diretamente a permanência da comunidade no território e a manutenção das tradições culturais, como o plantio dos produtos tradicionais da comunidade, que geram renda. Nas visitas de campo foi observada a diminuição das lavouras e a dificuldade de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Um dos entrevistados relata: “[...] eu percebo uma mudança drástica, porque o quilombo Mesquita está sendo imprensado aqui dentro, ele cada vez está ficando menor, cada vez está perdendo mais o nosso direito de terra, porque assim, são os condomínios, vêm né. [...] ID_2”.

O marmelo, um bioproduto produzido e consumido há mais de 270 anos no quilombo, é um dos itens identificados na tradição deste quilombo, mas seu plantio está sofrendo um processo de decadência. O marmelo está presente em poucos quintais das famílias que ainda sobrevivem de sua produção. A falta de incentivo público e a perda do território estão fazendo com que a população abandone suas atividades ancestrais e passe a procurar emprego no entorno de Brasília.

Os dados coletados evidenciam que a principal ameaça é a perda da produção dos bioprodutos, que geram renda para a comunidade e sua manutenção. Esse quadro desvenda outro fator importante: o sentimento de pertencimento e a identidade do território, que está ligado ao orgulho da produção do marmelo e da marmelada, passada de geração a geração de forma artesanal. Com a instabilidade da segurança fundiária, os quilombolas não veem outra saída a não ser abandonar o território e procurar novas frentes de trabalho que provenham seu sustento.

O marmelo é apenas um dos produtos ameaçados. A cana-de-açúcar, que era produzida habitualmente na comunidade para sua subsistência perdeu seu espaço de plantio as casas de

engenho abandonadas. Itens como melado, rapadura e açúcar mascavo, derivados da cana-de-açúcar e produzidos artesanalmente, estavam presentes na rotina dos moradores: em suas receitas, remédios caseiros e comercializados. Segundo os entrevistados, os remédios já não são mais produzidos como antigamente, e essa escassez provoca impacto em outros itens, como a marmelada. De acordo com um dos entrevistados, relatou:

“[...] Antigamente, por exemplo, eu usava mais o açúcar que eles chamavam açúcar de, ..., mas era um tipo de açúcar mascavo e agora eles usam mais açúcar cristal. Eles mesmo faziam. Era feito lá mesmo. Então as vezes tem essas mudanças, mas digamos a marmelada continua a mesma, mesma estrutura.... Dá alteração, por exemplo, na tonalidade de cor, por exemplo, muda. Sabor acredito que muda um pouco agora eu não sei se chega a comprometer mesmo a qualidade, mas há mudança” [...] ID 6”

Mesmo com o desaparecimento de algumas tradições, como a produção de açúcar mascavo e a diminuição do plantio do marmelo, os entrevistados apresentam resiliência. A tentativa de se adaptarem ao processo de urbanização trazido pela modernidade para o quilombo foi a forma encontrada de os moradores permanecerem juntos. A seguir são descritas outras fraquezas e ameaças identificadas no processo da pesquisa:

1. O não reconhecimento pela Prefeitura do espaço como um quilombo fragiliza a luta pela regularização do quilombo.
2. A mudança do nome da escola que historicamente se chamava Aleixo Pereira Braga para Alípio Pereira Braga.
 - a. Um fato que contribui para o apagamento da memória comunitária de luta e resiliência: Aleixo, negro pioneiro na implementação da educação infantil, criou um núcleo de alfabetização que funcionou em sua casa. Por

sua vez, Alípio foi o doador do terreno onde muitos anos depois a escola foi construída.

3. Cercas separando os caminhos usados habitualmente.
 - a. Pistas asfaltadas dentro do quilombo sem planejamento com a comunidade.
 - b. Movimentação de pessoas estranhas no espaço.
4. Perda do bioma presente no território:
 - a. Autorização da Prefeitura para exploração da terra por fazendeiros da região.
 - b. Baixa do volume das águas nas nascentes que banham a região.
 - c. Poluição da água nos regos.

A Resolução n. 12/2018, expedida pelo Incra, reduziu o território quilombola Mesquita (TQM) de 4.160 hectares para 971,4 hectares, violando o direito fundamental dessa comunidade às suas terras, previsto no art. 68/ADCT/CF, como apresentado na Nota Pública do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM):⁴

De acordo com o Ministério Público Federal de Luziânia, a redução foi promovida sem qualquer respaldo antropológico, sociológico ou histórico e desrespeitou, também, a vontade da comunidade, consolidada pelos estudos realizados, inclusive por meio de pesquisas de campo.

Após a recomendação do MPF, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – **Incra**, em 20 de junho de 2018, decidiu **revogar a Resolução n. 12, de 2018**, que promovia a redução do território da **Comunidade Quilombola de Mesquita (GO)**.

5. Perda de técnicas ancestrais, como o uso da água dos regos e a produção de açúcar.

Os moradores tiveram de se adaptar às mudanças geográficas, climáticas e sociais.

Contudo, as adversidades decorrentes da urbanização são as que mais apresentam ameaças para

⁴ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/nota-publica-sobre-o-quilombo-mesquita>

a manutenção da comunidade, visto que itens básicos, como água e geração de renda, estão presentes entre as perdas identificadas na pesquisa. A seguir são apresentados alguns registros dos obstáculos encontrados no processo de urbanização do quilombo.

Figura 30: Placa de identificação do Mesquita



Fonte: Autora.

Figura 31: Escola Municipal do quilombo Aleixo Pereira Braga, que agora se chama Alípio Pereira Braga



Fonte: Autora.

Figura 32: O cerrado convertido em plantio pelos fazendeiros



Fonte: Autora.

Figura 33: Rego d'água



Fonte: Autora.

5.3 RECONHECENDO NAS METAS DA AGENDA 2030 DOS ODS AS QUESTÕES QUE AFETAM O TERRITÓRIO: A CIDADE E A COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.

A Agenda 2030 — ferramenta norteadora do planejamento governamental ara traçar conexões com áreas diversas — constrói uma transversalidade para fortalecer o

desenvolvimento. O Objetivo Sustentável 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, que apresenta o tema “Cidade e comunidades”, traz metas associadas a: proteger o patrimônio cultural e natural; reduzir o número de mortes e pessoas afetadas por catástrofes, incluindo desastres relacionados à água; reduzir o impacto ambiental; proporcionar acesso inclusivo a espaços públicos, que é um dos subtemas mais presentes na pesquisa (48).

A conexão dos ODSs com o *corpus* classificado como governamental trouxe um conjunto de fatores que afetam mais os territórios nas dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Apresenta-se um panorama com os temas da Agenda 2030 relacionados aos ODS 11, 3 e 6 e como cada um está presente no quilombo no limite do escopo da pesquisa. É importante pontuar que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável não são reconhecidos ou trabalhados na comunidade de forma objetiva, apesar de estarem presentes no seu dia a dia como as questões identificadas nas falas e apontadas no relacionamento com as metas.

1. Urbanização (Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis) — Este é o ODS que impulsionou a pesquisa, por tratar dos assentamentos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, itens reconhecidamente necessários ao processo de desenvolvimento do quilombo Mesquita. Aqui várias metas apresentam conexão com as questões que afetam o território, tais como:

- Meta 11.1) discorre sobre a garantia ao acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível e aos serviços básicos para urbanizar as favelas.
 - A comunidade Mesquita enfrenta um longo e demorado processo para garantir a regularização da terra em que vive há mais de 277 anos. Esse é um problema que impulsionou vários outros em uma região altamente cobiçada por questões econômicas relacionadas à posse de terra, conforme a fala do ID 9:

“[...] Então agora o que esperamos mesmo é a titulação final do, sim, tanto assim pra dar mesmo aquela segurança às pessoas, né? De estar

na sua própria terra mesmo, poder produzir com tranquilidade [...]” ID 9.

- A comunidade tem atuado nos campos jurídico e político, principalmente com ações de comunicação e mobilização política por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), como no caso da Carta Aberta do *site* Racismo Ambiental de apoio ao quilombo Mesquita:

Brasília, 25 de maio de 2018: O Coletivo Verdade Negra (CVN), as instituições parceiras e apoiadores do quilombo Mesquita vêm a público repudiar a atuação ilegal, criminosa e autoritária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que publicou no *Diário Oficial da União* de 24 de maio de 2018 a redução do Território Quilombo Mesquita, situado no município da Cidade Ocidental em Goiás, com parte de sua área delimitada no Distrito Federal, sem a necessária consulta livre, prévia e informada prevista pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)(49)

- Meta 11.2) trata dos transportes seguros e acessíveis – questão observada como uma carência na região; todos os entrevistados afirmaram que a oferta de transportes coletivos é insuficiente, dificultando a mobilidade e trazendo insegurança às pessoas que precisam movimentar-se em locais ermos.
- Meta 11.3) questiona a ausência de urbanização inclusiva e sustentável, situação que afeta em muito o território. Essa ausência é através da ausência dos planejamentos, da organização e da instalação da infraestrutura por meio de ações inclusivas e sustentáveis. São questionadas pelos quilombolas ações como a permissão da Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (Semar/GO) para exploração florestal de 84 hectares da área reivindicada pelos quilombolas de Mesquita, favorecendo a Taquari Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Até a suspensão da exploração foram devastados vários hectares das terras quilombolas.
- Meta 11.4) discorre a respeito da salvaguarda do patrimônio cultural e natural, constituído pelas tradições e pela cultura dos Mesquitas, os quais são afetados pelo declínio das atividades relacionadas a esse patrimônio. Esse quadro se desenrola devido à falta de incentivo, público ou privado, para proteger o

patrimônio da comunidade, como seus casarios, utensílios e memórias. Aliado a isso, existe também a perda da rica natureza do bioma cerrado, que oferta aos moradores a extração de alimentos, remédios naturais e a caça.

- Meta 11.a – Apoiar as relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre as áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento – Aqui dever-se-ia encontrar a correlação política da Ride DF com o quilombo Mesquita. Entretanto, não foi encontrada a relação direta e estruturada entre o Governo do Distrito Federal, ente forte na administração da Ride DF, e o município da Cidade Ocidental que promovesse o desenvolvimento integrado regionalmente. Na entrevista com o representante parlamentar local, o entrevistado trouxe alguns elementos considerados barreiras ao atendimento de questões cruciais para o município, como transporte e saúde. Ficou claro, por intermédio da fala do entrevistado, o quanto a cidade é carente de políticas públicas que resolvam, ou pelo menos atenuem, as vicissitudes desse povo. A relação entre as cidades vizinhas na busca por um desenvolvimento em comum não é discutida, e políticas econômicas e sociais não são objetivamente implementadas de forma articulada.
- Só em 2023 o governo de Goiás (governador Ronaldo Caiado) sancionou a Lei Complementar n. 181, que cria a Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME). O texto prevê ações integradas entre os governos de Goiás e do Distrito Federal e a União para encontrar a solução para dificuldades históricas que afetam os municípios da região, tais como mobilidade urbana, saúde, saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, entre outros.

2. Saúde (Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades) — Para a saúde o reconhecimento foi rápido, pois é uma vulnerabilidade que afeta todo o território. Obstáculos simples, como acesso à vacina, ou mais complexos, como acompanhamento hospitalar, foram apresentados durante as entrevistas. Porém, no período da pandemia houve muitos conflitos durante o recebimento das vacinas e o acesso a benefícios emergenciais, conforme indica o entrevistado ID 3:

“[...]? Porque os negros têm muito mais difícil de acesso à saúde. E aí até que algumas pessoas assim antigas da comunidade, perdeu a vida para covid. E foi um período muito difícil, assim, porque era muito embate a gente dizendo que precisava se vacinar, né? A pandemia estava e o acesso era mais difícil. O atendimento aqui é levado pra Goiânia, muito distante. Qualquer problema de saúde mais grave tem que ir pra Goiânia é muito distante às vezes não tem suporte [...]” ID 3

Na comunidade há uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que atua na orientação, na prevenção, no diagnóstico e no tratamento de doenças. Entretanto, Andrade et al.⁵ alertam que os “profissionais com ideologias culturais e influências políticas diferentes dos da comunidade Mesquita” dificultam o acesso aos serviços ofertados.

- Meta 3.8 da ODS 3) fala a respeito do atingimento da cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde primordiais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos. Esta meta se correlaciona com o território pesquisado por meio da carência na oferta desses

⁵Andrade AM, Faria DCML de, Franca FM de S, Ribeiro FR, Oliveira MFB de, Matos MA de. Caracterização da saúde e saneamento de uma comunidade quilombola no entorno da capital do Brasil: um scoping review. Saúde debate [Internet]. 5 de julho de 2022 [citado 9 de setembro de 2023];46(especial 2 jun):501-17. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/4920>

serviços. O Estado brasileiro, que durante a pandemia tinha como objetivo a proteção da coletividade,⁶ deixou várias famílias em dificuldades durante um longo período, em que o acesso à renda básica emergencial foi negligenciado. O Plano Nacional de Vacinação, durante a pandemia da covid-19, garantia a prioridade da vacinação para comunidades indígenas e de matriz africana, e além das vacinas também assegurava a esses grupos outros benefícios.

- Meta 3.9) postula até 2030 a redução substancial do número de mortes e doenças decorrentes do manuseio de produtos químicos perigosos, da contaminação e da poluição do ar, da água e do solo. Este é um fator da Agenda 2030 que precisa ser apreciado de forma cuidadosa em relação ao território. Com o avanço das plantações de monocultura na região, os moradores relatam a contaminação do solo e do ar com a aplicação de defensivos que atinge o solo, a água e a saúde humana. “Há inclusive plantação de soja no local onde pessoas ocupam a área. A situação passa a ser um problema para a comunidade, que tem a água contaminada com agrotóxico e o empobrecimento do solo(50).”
- Durante as entrevistas foram relatados casos de câncer dentro da comunidade que poderiam ter sido provocados pelo uso excessivo de agrotóxicos. Mas isso não pode ser confirmado pela pesquisa, pois os dados da Secretaria de Saúde de Goiás não estabelecem um recorte direcionado para atendimentos médicos para a comunidade, além de haver também uma divisão nos atendimentos entre Goiás e Brasília, visto que Goiânia é mais distante do que o Gama para um atendimento hospitalar. Mas é um tema importante para uma nova pesquisa, mais

⁶ [Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.](#)

aprofundada e direcionada para os impactos do avanço das grandes lavouras na vida das comunidades quilombolas.

- Meta 3.3) 2030 é o ano limite para dar fim às epidemias de aids, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas e combater a hepatite, as doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis. Este tema chamou a atenção por tratar de doenças negligenciadas e de outras doenças transmissíveis.
- Existe um compromisso do Ministério da Saúde com o combate às desigualdades no SUS por intermédio da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, cujo objetivo é promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e a discriminação nas instituições e nos serviços do SUS (51). A política traz a responsabilidade das esferas em ofertar uma saúde de qualidade, mas considera as doenças mais comuns na população negra doenças genéticas e hereditárias, como anemia falciforme, diabetes tipo 2, hipertensão, entre outras. DST/HIV/aids, tuberculose, hanseníase, câncer de colo uterino e de mama e transtornos mentais que têm relação direta com a pobreza predominam em populações pretas. A questão é: por que durante as entrevistas a população não tinha conhecimento dessa política que deveria estar sendo exercida no posto de saúde quilombola? Mesmo com toda movimentação da esfera federal, é uma política que precisa do envolvimento das esferas estadual e municipal para sua execução. A identificação das necessidades de saúde da população negra no âmbito municipal, considerando-se as oportunidades e os recursos (51) depende da movimentação municipal para dar início aos processos estadual e federal. Sem essa movimentação a população negra fica sem os serviços de saúde e

outros que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra garante.

Essa situação foi tratada e concluiu que:

“Torna-se essencial, portanto, a articulação e a aproximação entre os diferentes atores sociais (governo, Organizações Não Governamentais, sociedade civil, líderes representantes da comunidade quilombola e universidades) a fim de fortalecer e promover as práticas de cuidado e atenção à saúde e ao saneamento. Contudo, as comunidades quilombolas sofrem frequentemente com exclusão participativa na tomada de decisões de seus territórios, configurando a existência do racismo ambiental.(51)”.

3. Água e saneamento (Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todas e todos).

Água e saneamento são um assunto sensível para os entrevistados. Todos descrevem a qualidade da água e o quanto ela vem se perdendo.

- Meta 6.1) alcançar, até 2030, o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos. É reconhecida a perda da tecnologia ancestral dos regos, por meio dos quais a água era distribuída entre a comunidade, com o uso de valas abertas da nascente até o ponto de coleta de cada família. Mas com o processo de adensamento urbano na região, as plantações de soja e milho e a poluição do solo, a distribuição da água, que era realizada equitativamente na comunidade, passou a ter impactos negativos. Por conseguinte, a implantação de poços artesianos foi a solução encontrada pela população e o controle do consumo hídrico. Como cita o entrevistado ID 1:

“[...] Então todo mundo da comunidade tinha água potável e gratuita e hoje não tem mais isso por conta do desmatamento, então a água acabou, algumas minas

acabaram secando e as que tem não são de confiança por conta da produção de soja dentro da comunidade, da monocultura[...].” ID 1

- Meta 6.2) alcançar até 2030 o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e acabar com a defecação a céu aberto, dando especial atenção às necessidades das mulheres e das meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade. Na Cidade Ocidental, que tem uma população de 72.890 habitantes, segundo dados da empresa Saneamento de Goiás S.A S, 35.451 habitantes (47,67%) dispõem de rede de esgoto, mas o número de habitantes da área rural que usufruem da rede de esgoto é zero. Há uma grande dificuldade de acesso a saneamento e higiene, pois a rede de esgoto não é ofertada em todo o perímetro do quilombo e regiões vizinhas que fazem parte da população rural da Cidade Ocidental. Para organizar a vida social, as famílias usam a técnica de fossa nas casas, mas ainda sem tecnologia de vapotranspiração, filtro biológico e biodigestor. A fala do ID 3 traz o que foi discutido:

“[...] Então é fossa não tem rede de esgoto, mas aí é fossa mesmo [...] A empresa responsável até veio, né? Que é a Saneago. Ela veio e conversou com minha mãe, que precisava dos documentos da terra para poder legalizar, para eles passarem a rede de esgoto [...]” ID 3

Outro ponto grave é o aterro sanitário da Cidade Ocidental, que fica a 8 km na divisa sul do território quilombola e recebe transbordos de resíduos sólidos das cidades da Rida desde 2013 (2). Este é um item identificado com o levantamento documental e diálogo com um técnico da região, porém não foi relatado pelos entrevistados:

“A proximidade do quilombo Mesquita ao aterro sanitário é outro fator preocupante. [...] o aterro sanitário da Cidade Ocidental opera em seu limite de deposição de resíduos, com estimativas de vida útil superior a três anos.”(51).

4. Segurança (Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis). Este foi um dos últimos ODS descritos, mas foi questionado durante todo o levantamento de campo. O sentimento de insegurança da comunidade é compartilhado pela grande maioria, seja pela insegurança de novos indivíduos que circulam pelas terras seja pela insegurança do futuro.

A Meta 16.1 trata da redução significativa de todas as formas de violência e das taxas de mortalidade relacionadas em todos os lugares. Este é correlacionado à necessidade apresentada pelo quilombo Mesquita de segurança em todas as frentes, como demonstra o ID 6.

“[...] Hoje a gente é assaltado no meio de uma estrada se estiver passando à noite. Mulheres antigamente atravessava de um lado para o outro, às vezes sozinha, às vezes acompanhada de sua outra colega, não tinha perigo. E hoje em dia a gente não tem mais essa segurança [...]” ID 6

Todos os itens listados foram apresentados como fatores que se relacionam com problemas e fragilidades no quilombo Mesquita. A Agenda 2030 se propõe a ser um apelo global a ações para acabar com a pobreza e proteger o meio ambiente. Entretanto, as esferas municipal e estadual ainda têm um longo caminho a percorrer para implantar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como um viés para seu planejamento, atingindo transversalmente problemas sociais com aplicação de políticas públicas.

5.3.1 Território em fluxos e fixos

Nesse contexto, para reconhecer as questões que afetam o território, foi dito que a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (25), dos quais construímos uma percepção dos espaços geográficos e como se articulam com base nas redes geográficas que trazem pontos fixos (construídos pelo homem — casas, igrejas, plantações, escolas, infraestrutura urbana; da natureza — montanhas, florestas...) interligados pelos fluxos por meio das ações humanas, da circulação das ações ou do movimento entre os fixos. Quando a sociedade muda, o conjunto de suas funções muda em quantidade e em qualidade. Tais funções se realizam onde as condições de instalação se apresentam mais adequadas.

Mas essas áreas geográficas podem apontar o uso e a perda do território conforme os fluxos vão se formando ou abandonando a terra. Na pesquisa foram identificadas as dificuldades vividas pelos quilombolas em relação ao acesso às políticas fundamentais, como educação, saúde e trabalho, apresentadas no capítulo anterior. As adversidades que afetam o quilombo, como as distâncias percorridas para ter acesso à educação ou a dificuldade na oferta de transporte público, têm provocado o abandono das terras. Um exemplo é o declínio das plantações de marmelo. Os fixos do quilombo Mesquita estão diferentes do que eram há trinta anos — a paisagem natural era composta pelo cultivo de marmeleiros⁷ para a produção de marmelada.

Atualmente os fixos estão se formando por meio de cercas e novas casas com caráter de condomínios residenciais, como por exemplo o bairro popular denominado Jardim ABC,

⁷Marmeleiro (*Cydonia oblonga*).

localizado a 13 km de distância da sede urbana (terras quilombolas) e exatamente na divisa com o DF, que, por sua vez, está a 20 km do Lago Sul (DF) (3).

Esse movimento leva à mudança dos fixos, que obrigatoriamente transformam os fluxos. Contudo, a comunidade resiste pelo amor às tradições e pelas relações entre as pessoas, os quilombolas, que permanecem como um fixo no Mesquita.

Como explica Milton Santos, os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos, ou renovados, que recriam as condições ambientais e as condições sociais e redefinem cada lugar(25). O quilombo Mesquita está passando por um processo de construção de novos fixos.

O espaço do quilombo Mesquita está sendo recriado, com mudanças ambientais e sociais que estão impactando de diversas formas a comunidade. Uma questão permanece: o quilombo conseguirá resistir às forças políticas e econômicas que buscam a acumulação por meio da especulação imobiliária, tão intensa na Ride?

5.3.2 A gestão pública no processo de mudanças no espaço: na disputa por território é possível a permanência da comunidade?

A gestão pública é exercida pela Prefeitura da Cidade Ocidental (GO), ente federativo que representa o quilombo Mesquita. O diálogo entre os entes federativos e a oferta de serviços públicos apresenta uma lacuna quando se observa que a Cidade Ocidental, mesmo fazendo parte da região integrada a Brasília, considera o vínculo baixo nas ações, proporcionando uma reprovação dessa política. A proposta de desenvolvimento estabelecida com a relação entre Brasília e as cidades vizinhas deveria buscar a estruturação da região metropolitana, pois a

oferta de emprego em Brasília tem transformado a dinâmica econômica dessas cidades, sendo estas moduladas em dormitórios.

De acordo com os entrevistados, as mudanças no território são visíveis e envolvem vários setores sociais. Um exemplo disso é o adensamento populacional sem controle da região, como os assentamentos privados irregulares em forma de condomínios que passaram a ser construídos nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) dentro e fora do DF (3). Nas terras do quilombo Mesquita, essa situação é consequência da morosidade do Incra, que não avança com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), documento que regulariza o território quilombola. Essa lentidão gera a ocupação irregular da terra e, conseqüentemente, uma urbanização descolada dos interesses dos quilombolas.

Os entrevistados apontaram que a urbanização em termos de crescimento habitacional é mais um desejo da administração pública e dos moradores estranhos à cultura quilombola, os quais adquiriram imóveis na região de forma ilegal, pois a partir de 2006, com o registro e o reconhecimento da comunidade remanescente quilombola, foi identificado esse movimento dos novos ocupantes do território. O problema observado foi a ocupação por não quilombolas, provocando uma cisão na comunidade, uma vez que os “novatos” trabalham em aliança para a manutenção de suas terras e apoiam ações da Prefeitura para a urbanização do território, destacando-se o fenômeno na fala da entrevistada ID 3:

“[...] a questão da urbanização, as pessoas não se reconhecem como quilombolas né! é por ter essa influência do outro de fora, o grande problema aqui é, porque a administração pública daqui são pessoas contra o quilombo [...]” ID 3

A situação intensifica o conflito entre a Prefeitura e a comunidade. O diálogo entre o quilombo e a Prefeitura é quase inexistente, sendo um obstáculo identificado pelos moradores

e também pelo parlamentar local quando indicaram a ausência dos moradores em consultas públicas referentes a ações no território. A relação entre comunidade e Prefeitura é mencionada pelo ID 6:

“[...]Nunca prefeito faz as coisas e ninguém nem sabe. Consulta aquelas pessoas que é da mesma assim, quem não aceita ser quilombola, aí faz igual essa mudança lá daquela placa lá do colégio, ninguém foi consultado [...]” ID 6

Outra questão levantada na gestão pública foi o modelo de atendimento médico realizado no posto de saúde. Os agentes de saúde entrevistados questionaram o alinhamento das necessidades da população ao atendimento estabelecido pelo SUS a comunidades negras, mais vulneráveis a homicídios, anemia falciforme, doença hipertensiva, desnutrição, doenças infecciosas e parasitárias, tuberculose e outras. Existem bloqueios ao acesso mesmo no seguimento tradicional que as Unidades Básicas de Saúde devem ofertar. Além disso, foi pontuada a dificuldade de acesso a exames e consultas de alta complexidade, sendo necessário o deslocamento para Goiânia ou outras cidades vizinhas que tenham o aporte de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou hospitais.

A atual gestão e outras que passaram pela Prefeitura da Cidade Ocidental tem sido negligente na oferta de serviços específicos para a comunidade negra desse território. Não se pode afirmar se tal quadro se deve à vaidade política, conforme citado em entrevistas, ou a limitações da capacidade de gestão municipal de cada mandato. Entretanto, são fortes os indícios de que os interesses econômicos continuarão a manter o território desprovido de serviços e fragilizado para que o processo de urbanização, alavancado pelo aumento dos condomínios residenciais privados, possa se expandir.

Sem que haja uma transformação na dinâmica política entre os órgãos públicos responsáveis pela demarcação das terras — os entes federal, municipal e estadual —, a

resistência dos Mesquitas pode não ser suficiente para barrar a sanha capitalista por acumulação com a ocupação das terras quilombolas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades vizinhas a Brasília estão vivenciando um intenso processo de urbanização, cujo objetivo é a integração de suas dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas para formar a região metropolitana de Brasília, a qual conecta diferentes estados. O impulsionador desse processo é o Plano Integrado da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride DF), que tem como finalidade o planejamento do conjunto de serviços públicos comuns a esses entes federados, promovendo melhorias nas políticas públicas em escala regional para facilitar o desenvolvimento integrado e reduzir as diferenças socioeconômicas, em especial as de infraestrutura e geração de empregos (28).

A pesquisa buscou estudar os desafios enfrentados pela comunidade local em território quilombola considerando os recentes processos de urbanização nas regiões metropolitanas de Brasília, emergindo o questionamento se os Mesquitas vão resistir a esse processo.

Para a construção dos encontrados foi necessário um processo de escuta e imersão no território que respeitasse o tempo da pandemia, a construção da confiança entre entrevistados e pesquisador e, por fim, a publicação de dados atualizados pós-pandemia do IBGE e da Codeplan, os quais forneceram a base quantitativa desta pesquisa. Foram encontradas questões econômicas e ambientais relevantes que tomaram a frente nas ameaças que podem afetar a permanência da comunidade no território se não houver um planejamento no curto, no médio e no longo prazos em prol dessa comunidade.

Considera-se que em termos econômicos o marmelo é o principal produto, pois carrega a cultura, os saberes ancestrais e a identidade da comunidade. Proporciona a geração de renda entre os quilombolas desde que a posse das terras foi passada para suas matriarcas. O plantio do marmelo está em declínio, as plantações diminuíram muito e as novas gerações não demonstram interesse na manutenção da técnica artesanal. A produção do açúcar mascavo já foi trocada pela do açúcar cristal industrial, pois não existe mais plantio de cana-de-açúcar, que proporcionava a produção dos derivados necessários à produção da marmelada. São perdas que afetam o produto final, mas a comunidade é resiliente, adapta-se às mudanças e procura manter a cultura artesanal nas outras etapas da produção de marmelada, principalmente os quilombolas mais antigos.

Quanto à questão ambiental, a licença concedida pela Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (Semar/GO), em 2009, para exploração florestal de 84 hectares foi suspensa em 2010. Mas esse tempo foi suficiente para gerar impacto na vegetação que guarda e fornece alimentos aos quilombolas, vegetação essa que protege os animais, as nascentes, os rios e os córregos presentes no bioma do cerrado.

A exploração das terras dos Mesquitas tem provocado mudanças também no ecossistema hídrico da região, composto pelo Ribeirão Saia Velha e pelo Ribeirão Mesquita, afluentes do Rio São Bartolomeu. O desmatamento está provocando a exposição das nascentes, e aos poucos observa-se seu esvaziamento, como relataram os entrevistados, anos atrás as nascentes eram capazes de fornecer água em abundância com técnicas simples, como regos.

Outro problema hídrico para a manutenção do quilombo é a exploração sem controle de poços artesianos de água pela própria comunidade e pelos condomínios privados da região. Esse comportamento tem impactado a bacia hídrica da região, que

precisa de uma avaliação técnica mais profunda e detalhada sobre a vida útil do Ribeirão Mesquita, que não foi feita neste trabalho.

Continuando com as ameaças que afetam a manutenção do quilombo Mesquita, encontrou-se o aterro sanitário da Cidade Ocidental. Este assunto não foi apresentado como uma ameaça pelos entrevistados. No entanto, o aterro está localizado em terras quilombolas e próximo à nascente do Ribeirão Mesquita, que recebe os transbordos de resíduos sólidos das cidades da Ride. A Prefeitura da Cidade Ocidental não divulga o impacto dessa situação na saúde dos quilombolas nem na saúde das demais comunidades que compartilham o uso dessa nascente.

As evidências apontadas buscaram responder aos desafios enfrentados pela comunidade local em território quilombola. Contudo, os obstáculos vão muito além da urbanização. O quilombo está se tornando urbano⁸ como decorrência do crescimento das cidades vizinhas para a composição territorial, sua capacidade produtora está ficando espremida entre os condomínios residenciais, e a necessidade de mão de obra demandada por Brasília tem intensificado o esvaziamento dos campos de marmelo. A geração de renda dos Mesquitas hoje está decadente, e a falta de planejamento e apoio público enfraquece ainda mais a manutenção dos plantios de marmelo, um patrimônio material de Goiás e do Brasil. Mas quilombo é resistência, como disse Abdias do Nascimento:

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sociopolítico em termos de igualitarismo econômico (37).

Por fim, mas tão importante quanto, o planejamento do consumo hídrico e sanitário da Cidade Ocidental é urgente. A escassez de água é uma ameaça que atinge diretamente a vida no território, mas se expande aos moradores de outras regiões que compõem a Cidade Ocidental. A rede de esgoto só foi implantada na região central da

cidade, deixando toda a região rural sem planejamento sanitário, acarretando o uso de fossas e um impacto ao solo imensurável.

O quilombo Mesquita apresenta um potencial econômico, cultural e alimentar muito importante para a Região Centro-Oeste e deveria ser apoiado para geração de renda e desenvolvimento. Um exemplo de caso de sucesso é o quilombo do Campinho da Independência, que passou por um processo parecido com a construção de condomínios residenciais próximos a sua sede em Paraty-RJ.

A comunidade iniciou uma organização produtiva criando a Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC), assumindo um trabalho coletivo, distribuído em setores como turismo de base comunitária, artesanato da cultura local, gastronomia com as comidas ancestrais servidas no restaurante localizado dentro da comunidade, realizando um circuito turístico no qual é possível conhecer a cultura quilombola, comprar o artesanato e consumir a gastronomia. Todas as ações buscam um planejamento educacional em que a comunidade multiplica seus conhecimentos entre os visitantes, proporcionando sustentabilidade e geração de renda para o quilombo do Campinho da Independência.

O quilombo Mesquita está em um território em processo especulação econômica, sua manutenção necessita do aporte de políticas específicas para a população negra que estimulem questões como saúde, educação, saneamento, renda e

⁸Wikipédia: O direito das populações quilombolas à propriedade da terra, reconhecido a partir da Constituição Brasileira de 1988, levou a uma luta pelo reconhecimento dos quilombos urbanos [3]. O primeiro a ser demarcado pelo Incra foi o Quilombo da Família Silva, em Porto Alegre, que recebeu a titulação em 2009 [4]. O segundo foi o Barranco de São Benedito, em Manaus, em 2014 [5]. Também foram reconhecidos pela Fundação Palmares quilombos urbanos no Rio de Janeiro [6] e em Aparecida de Goiânia [7], em São Luís [8], entre outras cidades.

proporcionem um ambiente favorável ao novo, à reinvenção do quilombo Mesquita, mantendo e fortalecendo a essência do ser quilombola, propiciando um desenvolvimento saudável, sustentável e solidário.

Enfatiza-se que este estudo tem limitações, pois caberia uma carga de leitura mais extensa sobre geografia crítica com as obras de Milton Santos, território sustentável e comunidades tradicionais e um aprofundamento sobre quilombo urbano. O número de entrevistados poderia ter sido maior, incluindo mais moradores quilombolas e outros líderes parlamentares locais, representantes do Parlamento local. Mas o processo de confiança e diálogo durante este levantamento foi muito sensível em razão da disputa territorial existente e limitou o acesso a um público mais amplo. E ainda houve o isolamento devido à epidemia de covid-19.

Apontado as limitações, apresento as oportunidades - O mestrado profissional tem o objetivo de contribuir com a sociedade em pesquisas que tragam problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso. Minha experiência com o CoLaboratório de Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade (CTIS) na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Brasília, como apresentei na introdução, oferta a possibilidade de por meio de projetos junto ao território realizar ações com processos de pesquisa-ensino-aplicação com foco em desenvolvimento territorial que podem aprofundar nas questões que apresentamos e junto com a comunidade trabalhar para resolução, assim como já ocorre em distintas comunidades no país, especialmente no DF e em seu entorno, tanto urbanas como rurais.

Recomenda-se o estudo sobre quilombos urbanos, mesmo este sendo rural. Observa-se um processo inverso de quilombo urbano. Existe uma alta probabilidade de a transformação econômica e urbana que modula a região metropolitana de Brasília tornar o quilombo Mesquita urbanizado. Os Mesquitas permanecem vivos e vibrantes entre os muros dos condomínios ao seu redor, a cada dia mais espremidos e sem liberdade em um território que está deixando de ser um quilombo rural para se tornar um quilombo urbano.

Finalizo saudando as mulheres que iniciaram vários acampamentos negros fugindo da escravidão, mulheres fortes que deram suas vidas para mantê-los unidos e vivos em meio às pressões sociais e econômicas. Entre elas cito mãe Bernadete, brutalmente assassinada em 17 de agosto de 2023 ao defender o quilombo Pitanga dos Palmares, na Bahia. Ela lutava contra a instalação de um aterro sanitário nas terras quilombolas. Cito as três Luízas, fundadoras do quilombo Mesquita. Cito Sandra Pereira Braga, líder e figura respeitada no quilombo Mesquita que está lutando pela regularização e posse da terra desde 2006 e vem buscando melhorias e desenvolvimento para todos que compartilham do orgulho de ser quilombola e Mesquita.

REFERÊNCIAS

1. IBGE. Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país. Estatísticas Sociais IBGE [Internet]. 2020;1–9. Available from: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>
2. Andrade AM, Faria DCML de, Franca FM de S, Ribeiro FR, Oliveira MFB de, Matos MA de. Caracterização da saúde e saneamento de uma comunidade quilombola no entorno da capital do Brasil: um scoping review. *Saúde em Debate*. 2022;46(spe2):501–17.
3. Aguiar VGDE. Conflito Territorial no Quilombo Mesquita localizado entre Cidade Ocidental (GO) e o Distrito Federal (DF). *Anais do Encontro Nacional da ANPEGE*. 2015;11:6888–99.
4. GT Agenda 2030. Grupo de trabalho da sociedade civil para a agenda 2030 2021. 2022;108.
5. Santos MiltonBKB. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3º. 2007.
6. Sasse C. Brasília 60 anos: cercada por cinturão de pobreza, apesar de dinamismo econômico da região. *Senado Notícias* [Internet]. 2020 [cited 2021 Oct 13];1–9. Available from: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/05/brasil-e-cercada-por-cinturao-de-pobreza-apesar-de-dinamismo-economico-da-regiao>

7. Paviani A. GEOGRAFIA URBANA DO DISTRITO FEDERAL: EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS 1. 2007;10(1):22.
8. IBGE CD 2010. IBGE - Cidades e Estados. Cidade Ocidental [Internet]. 2010. p. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/cidade-ocide>. Available from: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>
9. Relatório Brasil Local Etnodesenvolvimento Economia Solidária 2013 SOLTEC/UFRJ-CONAQ SENAES/MTE.
10. Martinho R. Relatório de Progresso 2019 - Marco de Parceria das Nações Unidas no Brasil para o Desenvolvimento Sustentável. 2019.
11. Santos MiltonBKB. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3º. 2007.
12. M Gondim GM, Monken M, Iñiguez Rojas L, Barcellos C, Peiter P, Navarro M, et al. Programa Saúde da Família: ampliando a cobertura para consolidar a mudança do modelo de Atenção Básica The Family Health Program: broadening coverage to consolidate the change in the Primary Care model Contexto histórico da Atenção Básica e o Programa Saú. Rev bras saúde matern infant, Recife [Internet]. 2003;3(1):113–25. Available from: http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/TEXTOS_CURSO_VIGILANCIA/20.pdf%5Cnhttp://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v3n1/a13v03n1.pdf
13. Gondim GM de M, Monken M. Território e territorialização. Técnico de vigilância em saúde: contexto e identidade [Internet]. 2017;21–44. Available from: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39894>

14. Sousa MSR de, Santos JJF dos. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. *Revista Katálysis*. 2019 Apr;22(1):201–9.
15. Carrière JP, Cazella AA. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*. 2006;4(Desenvolvimento Territorial Sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos):23–47.
16. Machado JMH, Martins W de J, Souza M do S, Fenner ALD, Silveira M, Machado A de AM. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial TT - Healthy and sustainable territories: contribution to collective health, sustainable development and territorial governance. *Comun ciênc saúde* [Internet]. 2017;28(2):243–9. Available from: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/territorio_saudaveis_sustentaveis.pdf
17. Jesus MDS De. Rede Sociotécnica Na Governança De Políticas Públicas : O. 2016;(1988):17–26.
18. Buss PM, Ferreira JR, Hoirisch C, Matida AI. Desenvolvimento sustentável e governança em saúde global. *Reciis*. 2012;6(3).
19. Singer P. Introdução à economia solidária. 2002. 128 p.
20. Maturana MG. Dilemas Estratégicos na escolha de Bioprodutos. Vol. 8, Universidade Federal Rio de Janeiro. Rio de Janeiro; 2019. p. 182.
21. Oliveira e Silva MF, Pereira F dos S, Martins JVB. A Bioeconomia Brasileira em Números. *BNDES Setorial*. 2018;47:277–332.
22. FOUNDATION EM. Circular No Brasil : 2017;1–31.

23. Carvalho AP de. Objetivos do desenvolvimento sustentável. GV-executivo. 2015;14(2):72.
24. Gallo E, Setti AFF. Território, intersectorialidade e escalas: Requisitos para a efetividade dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Ciencia e Saude Coletiva. 2014;19(11):4383–6.
25. Santos Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. 4th ed. Vol. 1, GEOgraphia. São Paulo; 2006. 260 p.
26. Muniz W, Universidade E, Ouro F De, Ufop P. Reflexões Sobre a Urbanização do Rural e as Contradições Impostas Pela Modernização do Campo. 2018;
27. CODEPLAN. A área de influência de Brasília e proposta de ampliação da RIDE do DF e Entorno. 2013;(61):8. Available from: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Área-de-Influência-de-Brasília-e-Proposta-de-Ampliação-da-RIDE-do-DF-e-Entorno.pdf>
28. CODEPLAN. UM OLHAR DEMOGRÁFICO PARA A REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (RIDE-DF): NATALIDADE E. Brasília, DF; 2020. p. 1–41.
29. BRASIL. Caracterização da RIDE-DF e AMB, Os Desafios Para o enfrentamento da Covid-19. 2020;
30. CODEPLAN. Sumário executivo - PMAD 2017/2018. 2019;8.
31. CODESE/DF. Panorama do Desenvolvimento Distrito Federal. 2023;176. Available from: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>

32. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. [Internet]. 2003 [cited 2021 Mar 7]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm
33. Thew R, Calarco T, Roorda PD, Ca O, Jones KP, Ca K, et al. CONFLITO TERRITORIAL E AMBIENTAL NO QUILOMBO MESQUITA / CIDADE OCIDENTAL: RACISMO AMBIENTAL NA FRONTEIRA DF E GOIÁS. *Metrologia* [Internet]. 2015;53(5):1–116. Available from: http://publicacoes.cardiol.br/portal/ijcs/portugues/2018/v3103/pdf/3103009.pdf%0Ahttp://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75772018000200067&lng=en&tlng=en&SID=5BQIj3a2MLaWUV4OizE%0Ahttp://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_
34. Leite I. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica* [Internet]. 2000 [cited 2021 Apr 11];4(2):333–54. Available from: <http://www.mst.org.br>.
35. OLIVEIRA WDS. Quilombo Mesquita: Cultura, Educação e Organização Sociopolítica na construção do pesquisador coletivo. Vol. 5. Brasília: UnB; 2012. p. 137.
36. ANJOS SG dos. Cultura E Tradições Negras No Mesquita:Um Estudo Sobre a Matrifocalidade Numa Comunidade Remanescente De Quilombo. 2007;1(1).
37. Batista PC. O quilombismo em espaços urbanos: 130 após a abolição. *Revista Extraprensa*. 2019;12:377–96.
38. Neres MB. Quilombo Mesquita: história, cultura e resistencia. Brasília, DF: Gráfica Conquista; 2016. 148 p.

39. IBGE. Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19 [Internet]. 2020 [cited 2021 Mar 7]. Available from: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/tipologias_do_territorio/base_de_informacoes_sobre_os_povos_indigenas_e_quilombolas/indigenas_e_quilombolas_2019/Notas_Tecnicas_Base_indigenas_e_quilombolas_20200520.pdf
40. AMBIENTAL. MDCI. GO - Quilombolas de Cidade Ocidental lutam por titulação definitiva de seu território tradicional - Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil [Internet]. [cited 2021 Oct 19]. Available from: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/go-quilombolas-de-cidade-ocidental-lutam-por-titulacao-definitiva-de-seu-territorio-tradicional/#fontes>
41. Minayo MC de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo; 2014. 407 p.
42. Minayo MC de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo; 2014. 407 p.
43. Moura MA. Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas. 2011. 150 p.
44. Vinuto J. A AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE NA PESQUISA QUALITATIVA: UM DEBATE EM ABERTO. *Temáticas*. 2014;22(44):85–106.
45. Rodriguez D, Pinheiro DC. A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA COMUNITÁRIA NO PROCESSO DE. 2012;78–94.
46. Moura MA. Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas [Internet]. 2011. 150 p. Available from:

- https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/docs/00_Cultura_informacional_integra_ebook.pdf
47. Souza MAR, Wall ML, Thuler ACMC, Lowen IM V, Peres AM. The use of IRAMUTEQ software for data analysis in qualitative research [O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas]. Rev Esc Enferm USP [Internet]. 2018;52:e03353. Available from: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85054774258&doi=10.1590%2FS1980-220X2017015003353&partnerID=40&md5=fc977c6a2f14615855673d1d5a23de19>
 48. Carvalho AP de. Objetivos do desenvolvimento sustentável. GV-executivo. 2015;14(2):72.
 49. Carta Aberta de Apoio ao Quilombo Mesquita | Combate Racismo Ambiental [Internet]. [cited 2023 Sep 12]. Available from: <https://racismoambiental.net.br/2018/05/25/carta-aberta-de-apoio-ao-quilombo-mesquita/>
 50. Guéneau S, Diniz JD de AS, Passos CJS. Alternativas para o bioma Cerrado: agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade. 2020. 536 p.
 51. Social. BrasilM da SaúdeS de GE e ParticipativaD de A à GP e ao C. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília : Editora do M. 2017. 60 p.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário de campo

ROTEIRO / ENTREVISTA QUILOMBOLA	
Aberta / Semiestruturada Título: “COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA RIDE-DF: Desenvolvimento territorial saudável e sustentável. Estudo de caso do Quilombo Mesquita”, desenvolvida por Alba Simone Barbosa Mendes, discente do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, sob orientação da Prof. Dr. Wagner Martins	
Data:	Local:

Contextualização

A expansão do entorno imediato de Brasília tem provocado aumento considerável nas taxas demográficas, justificando as preocupações existentes que podem elencar elementos necessários e urgentes para a manutenção do Quilombo Mesquita através do desenvolvimento territorial saudável e sustentável.

Urbanização – processo de transformação de uma sociedade, região ou território de rural para urbano, ou seja, não representa somente o crescimento da população das cidades, mas o aumento dessa em relação aos habitantes do campo. Mudanças no ambiente causadas por intervenções econômicas – Pistas, energia, mudanças na agricultura.

Abertura – pergunta de sensibilização

1. Me explica como é o Quilombo Mesquita? Me faz conhecer o quilombo com sua religião, alimentação e cultura.
- 1.1 O que existe no território que **fortalece** a comunidade?

Desenvolvimento Territorial

1. Quais são **os problemas mais latentes/ as ameaças** no quilombo Mesquita? (vai além da urbanização).
2. Como você vê o **processo de urbanização** no território Mesquita ao longo dos anos? Qual a diferença é percebida? (Pergunte se o entrevistado percebe as **mudanças/ evolução** do território e quais são).
3. O que esse processo de urbanização **impacta** em seu território/vida das pessoas e o que isso significa para você?
4. A população participa ou foi **consultada no processo** nas mudanças aplicadas no território?
5. **Você identifica benefícios/benfeitorias** desenvolvidos(as) pelo Estado que foram

criados(as) durante o processo de urbanização ao redor do território?

6. Você **identifica a ausência** ou falta de oferta de serviços (saúde para população negra, educação, rede de esgoto, CRAS, cultura e lazer)
7. Como o Estado (Cidade Ocidental) **garante o acesso aos meios de serviços público** no território?

Perfil Socioeconômico

Com que **gênero** você se identifica mais: () Feminino () Masculino () outros

Idade:
Quanto tempo vive no quilombo?

Escolaridade:

- () Não possui escolaridade
() Ensino Fundamental Incompleto
() Ensino Fundamental Completo
() Ensino Médio Incompleto
() Ensino Médio Completo
() Ensino Superior Incompleto
() Ensino Superior Completo

Você se considera um quilombola?
() Não () Sim
Você tem acesso à energia elétrica?
() Não () Sim
Você tem acesso água encanada?
() Não () Sim
Você tem acesso água tratada?
() Não () Sim
Você tem esgoto instalado em casa?
() Não () Sim
Você tem acesso ao posto de saúde?
() Não () Sim

ANEXO B - Questionário de campo – Liderança Partidária Local

ROTEIRO/ ENTREVISTA LIDERANÇA PARLAMENTAR

Aberta / Semiestruturada Título: “COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA RIDE-DF: Desenvolvimento territorial saudável e sustentável. Estudo de caso do Quilombo Mesquita”, desenvolvida por Alba Simone Barbosa Mendes, discente do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, sob orientação da Prof. Dr. Wagner Martins

Data:

Local:

Contextualização

A expansão do entorno imediato de Brasília tem provocado aumento considerável nas taxas demográficas, justificando as preocupações existentes que podem elencar elementos necessários e urgentes para a manutenção do Quilombo Mesquita através do desenvolvimento territorial saudável e sustentável.

Urbanização – processo de transformação de uma sociedade, região ou território de rural para urbano, ou seja, não representa somente o crescimento da população das cidades, mas o aumento dessa em relação aos habitantes do campo. Mudanças no ambiente causadas por

intervenções econômicas – Pistas, energia, mudanças na agricultura.

Abertura – pergunta de sensibilização

2. Me explica como é o Quilombo Mesquita? Me faz conhecer o quilombo com sua religião, alimentação e cultura.

2.1 O que existe no território que fortalece a comunidade?

Desenvolvimento Territorial

8. Quais são os problemas mais latentes/ as ameaças no quilombo Mesquita? (vai além da urbanização).

9. Como a prefeitura vê o processo de urbanização no território Mesquita ao longo dos anos? Qual a diferença é percebida? (Pergunte se o entrevistado percebe as mudanças/ evolução do território e quais são).

10. O que esse processo de urbanização impacta em seu território/vida das pessoas e o que isso significa?

11. A população participa ou foi consultada no processo nas mudanças aplicadas no território?

12. Você identifica benefícios/benfeitorias desenvolvidos(as) pelo Estado que foram criados(as) durante o processo de urbanização ao redor do território?

13. Você identifica a ausência ou falta de oferta de serviços (saúde para população negra,

educação, rede de esgoto, CRAS, cultura e lazer)

14. Como o Estado (Cidade Ocidental) garante o acesso aos meios de serviços público no território?

Perfil Socioeconômico

Com que gênero você se identifica mais: () Feminino () Masculino () outros

Idade:

Você tem terras no Mesquita?

Escolaridade:

- () Não possui escolaridade
 () Ensino Fundamental Incompleto
 () Ensino Fundamental Completo
 () Ensino Médio Incompleto
 () Ensino Médio Completo
 () Ensino Superior Incompleto
 () Ensino Superior Completo

Você se considera o território um quilombo?

() Não () Sim

Todos têm acesso à energia elétrica?

() Não () Sim

Todos têm acesso água encanada?

() Não () Sim

Todos têm acesso água tratada?

() Não () Sim

Todos têm esgoto instalado em casa?

() Não () Sim

Quais são as ações da prefeitura voltadas para a saúde da população do Mesquita?

Existe cadastro da prefeitura para desenvolver política pública para saúde para população negra?